



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE MIRACEMA DO TOCANTINS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL
MESTRADO ACADÊMICO EM SERVIÇO SOCIAL**

WESLEYA SILVA DIAS

**SERVIÇO SOCIAL NA EXTENSÃO RURAL: TRAJETÓRIA HISTÓRICA, BASES
CONCEITUAIS E PERSPECTIVAS DE ATUAÇÃO**

**MIRACEMA DO TOCANTINS, TO
2024**

Wesleya Silva Dias

**Serviço social na extensão rural: trajetória histórica, bases conceituais e
perspectivas de atuação**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Serviço Social da Universidade Federal do Tocantins (UFT), como requisito à obtenção do título de Mestre em Serviço Social.

Orientadora: Prof^a Dr^a Maria José Antunes da Silva

Miracema do Tocantins, TO

2024

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

D541s Dias, Wesleya Silva.

 Serviço social na extensão rural: trajetória histórica, bases conceituais e perspectivas de atuação. / Wesleya Silva Dias. – Miracema, TO, 2024.

 95 f.

 Dissertação (Mestrado Acadêmico) - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus Universitário de Miracema - Curso de Pós-Graduação (Mestrado) em Serviço Social, 2024.

 Orientadora : Maria José Antunes da Silva

 1. Serviço Social. 2. Extensão Rural. 3. Dimensão Social. 4. ATER. I. Título

CDD 360

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

WESLEYA SILVA DIAS

SERVIÇO SOCIAL NA EXTENSÃO RURAL: TRAJETÓRIA HISTÓRICA, BASES
CONCEITUAIS E PERSPECTIVAS DE ATUAÇÃO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Serviço Social da Universidade Federal do Tocantins (UFT), como requisito à obtenção do título de Mestre em Serviço Social.

Orientadora: Prof^a Dr^a Maria José Antunes da Silva

Data de aprovação: ____/____/____

Banca Examinadora:

Prof. Dr^a Maria José Antunes da Silva – Orientadora – UFT

Prof. Dr^a. Maria Helena Cariaga – Examinadora – UFT

Prof. Dr^a. Leile Silvia Cândido Teixeira – Examinadora – UFRJ

Dedico este trabalho à memória do meu avô Narciso, que partiu durante o período de construção desta dissertação, deixando um imenso vazio em meu coração e dias difíceis de dor, mas também inspirando-me a perseverar e a superar as adversidades.

AGRADECIMENTOS

Agradecer é um sentimento poderoso que nos faz reconhecer as pequenas alegrias da vida e valorizar as pessoas que tornam nossa jornada mais leve e feliz.

Autor desconhecido

Agradeço primeiramente a Deus por ter me guiado e fortalecido durante essa jornada.

A meus pais, que sempre foram minha base e meu pilar, agradeço por todo o apoio e amor incondicional que me deram ao longo dos anos.

Às minhas irmãs, que são minha força e minha alegria, agradeço por estarem sempre ao meu lado, compartilhando momentos de alegria e superando desafios juntas.

Ao meu amado esposo, Jonathan, agradeço por ter trilhado comigo esse caminho do mestrado. Juntos, enfrentamos os desafios dessa jornada acadêmica, apoiando-nos mutuamente. Sua companhia, compreensão e parceria foram fundamentais durante essa etapa. Você foi a pessoa que mais estive ao meu lado durante a realização deste trabalho, e por isso expresso minha mais profunda gratidão e admiração. Muito obrigada por acreditar em mim e por me ajudar a tornar este sonho realidade. Eu não teria conseguido sem você. Agora seremos um casal de Mestre!

Agradeço à minha orientadora, Maria José, pelas importantes contribuições que forneceu durante a elaboração deste trabalho. Seu apoio e orientação foram fundamentais para que eu pudesse concluí-lo com êxito.

Aos meus colegas de turma de mestrado pelo conhecimento compartilhado durante essa jornada. Agradeço especialmente às colegas Luzia, Laís, Lidiane e Jhon, pelas trocas de conhecimento e pelo apoio. Essa troca de experiências e o companheirismo foram fundamentais para superação dos desafios do curso.

Sou muito grata pela doce amizade construída com Patrícia Pinheiro durante o mestrado. Sua presença e apoio foram fundamentais para que eu conseguisse superar os desafios e chegar até aqui. Obrigada por me ouvir, me aconselhar e me encorajar a seguir em frente, mesmo nos momentos mais difíceis. Que nossa amizade possa perdurar por muito tempo.

Por fim, agradeço à banca examinadora por ter aceitado o convite e contribuído com suas valiosas avaliações e sugestões, as quais enriqueceram significativamente

este trabalho. O olhar atento e as considerações feitas pelos membros da banca foram essenciais para o aprimoramento final desta pesquisa.

A todos que fizeram parte dessa trajetória, meu sincero muito obrigada.

Sem vocês, essa conquista não seria possível.

Sou

[...] Assombrada pelos meus fantasmas,
Pelo que é mítico e fantástico
– a vida é sobrenatural.
E eu caminho em corda bamba até o limite de meu sonho.
As vísceras torturadas pela voluptuosidade
Guiam-me, fúria dos impulsos. Antes de me organizar,
Tenho que me desorganizar internamente.
Para experimentar o primeiro e passageiro
Estado primário de liberdade.
Da liberdade de errar, cair e levantar-me.

Clarice Lispector

RESUMO

Este estudo investigou a importância da dimensão social na Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) e a atuação do Serviço Social nesse campo de intervenção profissional. A pesquisa adotou uma abordagem qualitativa, fundamentada no método histórico-dialético, com procedimentos técnicos de pesquisa bibliográfica e documental. O levantamento e a análise crítica da produção científica sobre a interface entre Serviço Social e Extensão Rural permitiram identificar as principais discussões e contribuições acadêmicas nessa temática. Os resultados evidenciam que o Serviço Social possui um papel fundamental a desempenhar na ATER, contribuindo de forma significativa para a promoção da autonomia, da cidadania e da melhoria da qualidade de vida das populações rurais. Os estudos analisados abordam a inserção do Serviço Social no campo da extensão rural, compreendendo-o como um importante espaço sócio-ocupacional para a profissão, embora marcado por tensões e contradições. Entretanto, alguns limites e desafios também se apresentam, como a insuficiência de profissionais de Serviço Social atuando nos serviços de ATER, as dificuldades de articulação intersetorial e interinstitucional, as resistências culturais e institucionais à abordagem social na ATER, e a escassez de recursos financeiros e estruturais para o desenvolvimento de ações sociais. Esses fatores representam obstáculos que precisam ser enfrentados para que a potencialidade do Serviço Social na dimensão social da ATER possa ser efetivamente concretizada. Conclui-se que o Serviço Social possui um importante papel a desempenhar na extensão rural, contribuindo de forma significativa para a promoção do desenvolvimento rural sustentável, a valorização da agricultura familiar, a inclusão social e a defesa dos direitos dos trabalhadores rurais. O/a assistente social atua em diversas frentes, desde o planejamento econômico e a comercialização dos produtos das famílias atendidas, até o empoderamento comunitário, a mediação de conflitos e o acesso a políticas públicas e serviços essenciais. Essa atuação alinha-se tanto às demandas da ATER quanto aos princípios e valores do Serviço Social. No entanto, ainda é necessário superar os limites e desafios encontrados, de modo a permitir que o Serviço Social contribua de forma cada vez mais efetiva para a promoção da equidade, da inclusão social e do desenvolvimento integral das populações rurais atendidas pela ATER. Para tanto, é fundamental o fortalecimento da inserção e valorização do/a assistente social nas

equipes de ATER, bem como o investimento na produção e disseminação de conhecimentos sobre as práticas desenvolvidas nesse campo.

Palavras-chave: Serviço Social. Extensão Rural. ATER. Dimensão Social. Desenvolvimento Rural Sustentável.

ABSTRACT

This study investigated the importance of the social dimension in Technical Assistance and Rural Extension (ATER) and the role of Social Work in this field of professional intervention. The research adopted a qualitative approach, based on the historical-dialectical method, with technical procedures for bibliographic and documentary research. The survey and critical analysis of the scientific production on the interface between Social Work and Rural Extension allowed for the identification of the main discussions and academic contributions on this theme. The results show that Social Work has a fundamental role to play in ATER, significantly contributing to the promotion of autonomy, citizenship, and the improvement of the quality of life of rural populations. The analyzed studies address the insertion of Social Work in the field of rural extension, understanding it as an important socio-occupational space for the profession, although marked by tensions and contradictions. However, some limits and challenges also arise, such as the insufficiency of Social Work professionals working in ATER services, difficulties in intersectoral and inter-institutional articulation, cultural and institutional resistance to the social approach in ATER, and the scarcity of financial and structural resources for the development of social actions. These factors represent obstacles that need to be faced so that the potential of Social Work in the social dimension of ATER can be effectively realized. It is concluded that Social Work has an important role to play in rural extension, significantly contributing to the promotion of sustainable rural development, the appreciation of family farming, social inclusion, and the defense of the rights of rural workers. The social worker operates in various areas, from economic planning and marketing of the products of the families served, to community empowerment, conflict mediation, and access to public policies and essential services. This work aligns with both the demands of ATER and the principles and values of Social Work. However, it is still necessary to overcome the limits and challenges encountered, in order to allow Social Work to contribute increasingly effectively to the promotion of equity, social inclusion, and the integral development of rural populations served by ATER. To this end, it is essential to strengthen the insertion and appreciation of social workers in ATER teams, as well as to invest in the production and dissemination of knowledge about the practices developed in this field.

Keywords: Social Work. Rural Extension. ATER. Social Dimension. Sustainable Rural Development.

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 – Sistematização de publicações de artigos em revistas (2010 – 2024)	
.....	67
Quadro 02 – Periódicos da área do Serviço Social	68
Quadro 03 – Sistematização de publicações encontrados em revistas	69
Quadro 04 – Sistematização de publicações encontrados em anais	74

LISTA DE SIGLAS

ABCAR	Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural
ABEPSS	Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
ACAR	Associações de Crédito e Assistência Rural
AIA	Associação Internacional Americana
ASBRAER	Associação Brasileira das Entidades Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
CERU	Centro de Estudos Rurais
CF	Casas Familiares Rurais
CNDRS	Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável
CONTAG	Confederação Nacional de Trabalhadores da Agricultura
DC	Desenvolvimento de Comunidade
EFA	Escolas Família Agrícola
EMATER	Empresas de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EMBRATER	Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural
ENPESS	Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social
EUA	Estados Unidos da América
FETAG	Federações de Trabalhadores na Agricultura do Brasil
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MASS	Mestrado Acadêmico em Serviço Social
PPGSS	Programa de Pós-Graduação em Serviço Social
MARA	Ministério da Agricultura e Reforma Agrária
MCR	Manual de Crédito Rural
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra
ONU	Organização das Nações Unidas
PNATER	Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
PPGSS	Programa de Pós-Graduação em Serviço Social
PRONATER	Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
PUCRS	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
RURALTINS	Instituto de Desenvolvimento Rural do Tocantins

SIBRATER	Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural
SINDATER	Sistema Nacional Descentralizado de Assistência Técnica e Extensão Rural Pública
SNRA	Secretaria Nacional da Reforma Agrária
UEG	Universidade Estadual de Goiás
UFG	Universidade Federal de Goiás
UFT	Universidade Federal do Tocantins
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UEL	Universidade Estadual de Londrina
UFMS	Universidade Federal do Mato Grosso do Sul
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	15
2	A EXTENSÃO RURAL NO PROCESSO SÓCIO-HISTÓRICO E IDEOPOLÍTICO NO ESTADO CAPITALISTA: DISCUSSÕES SOBRE SUAS BASES CONCEITUAIS	23
2.1	A Questão Agrária no processo histórico brasileiro	24
2.2	Capitalismo dependente e a modernização agrícola: a existência do agronegócio na extensão do capital mundial	30
2.3	A trajetória da extensão rural no Brasil	37
2.4	A nova face da extensão rural brasileira: desenvolvimento e inovação após a constituição 1988	41
3	AS ORIGENS DO SERVIÇO SOCIAL NA EXTENSÃO RURAL BRASILEIRA E SUA DIMENSÃO SOCIAL: EXPLORANDO AS PRIMEIRAS APROXIMAÇÕES .	50
3.1	As Fases da Extensão Rural e suas Influências sobre o Serviço Social	50
4	O SERVIÇO SOCIAL NA EXTENSÃO RURAL: REVISÃO BIBLIOGRÁFICA E PERSPECTIVAS DE ATUAÇÃO	65
4.1	Tendências e Lacunas na Pesquisa em Serviço Social: Insights a partir da Análise de Periódicos	66
4.2	Publicações em Revistas Científicas	69
4.3	Publicações em Anais de Eventos	74
4.4	O Serviço Social na dimensão social da ATER: potencialidades e limites	77
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	83
	REFERÊNCIAS	91

1 INTRODUÇÃO

A extensão rural desempenhou um papel importante a partir do século XX, com o surgimento desse termo proveniente do modelo de extensão exercido pelas universidades inglesas. No Brasil, as discussões sobre o modelo de atenção à produção agrícola também foram pontuadas neste mesmo período. Nessa época, a extensão rural apresentava diferentes configurações, atuando como uma política específica de atenção ao meio rural. Embora suas práticas ainda fossem bastante rudimentares, a extensão rural já exercia um papel no acompanhamento e assessoria da agricultura.

No Brasil, foi publicado um decreto que determinava a criação de fazendas com experimentos agropecuários. Esse modelo tinha o objetivo de ampliar a produção e o escoamento da agricultura, servindo como referência para a modernização do campo em outras propriedades. Além dessa iniciativa, foram criados grandes centros e escolas de formação para técnicos agrícolas, zootecnistas, engenheiros agrônomos e médicos veterinários, com o intuito de capacitá-los para atuarem no modelo de extensão rural.

É importante destacar que as ações previstas nos decretos e suas publicações tinham como objetivo atender às novas demandas políticas e econômicas do período pós-guerra. Essa iniciativa visava intensificar a agroexportação, consolidando ainda mais os princípios da acumulação capitalista. Ou seja, as medidas adotadas estavam alinhadas com as necessidades de expansão e fortalecimento do modelo econômico vigente na época.

Nesse contexto, é importante destacar que as massas de trabalhadores rurais já demonstravam seu descontentamento diante desse novo modelo de desenvolvimento agrícola. Esses trabalhadores começaram a reivindicar direitos trabalhistas, aposentadorias e reforma agrária, organizando-se coletivamente por meio de sindicatos e associações rurais. Ou seja, a insatisfação dos trabalhadores do campo com as transformações em curso ganhou expressão através de suas mobilizações e demandas por melhores condições de vida e trabalho.

O Serviço Social teve sua primeira aproximação com a extensão rural como uma forma de controlar os trabalhadores rurais e prevenir possíveis insurgências, atuando sob a orientação da Igreja Católica. Naquele momento, era importante manter a “ordem” e controlar a classe trabalhadora, evitando desajustes e preservando as

bases tradicionais. Contudo, a atuação do Assistente Social nesse contexto baseava-se em métodos de Grupo e Comunidade, uma abordagem bastante generalizada para atuar no meio rural e vista como uma medida temporária.

Na década de 1950 e 1960, a extensão rural passou a ser institucionalizada pelo governo brasileiro, sob forte influência do modelo norte-americano, em um contexto marcado pela ditadura militar. Nesse período, foi criada a Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (ABCAR), com a função de coordenar as Associações de Crédito e Assistência Rural (ACAR) nos estados. Essa influência norte-americana tinha o objetivo de incentivar os produtores rurais a terem acesso ao crédito junto aos bancos. Paralelamente, ocorria no país a Revolução Verde, cujo processo de modernização da agricultura contribuiu para o desenvolvimento do capitalismo no campo.

Na década de 1970, foi criado o Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural (SIBRATER) e a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER). Nesse contexto, a contratação de Assistentes Sociais para atuarem nesses espaços era inexistente, pois esses órgãos eram especialmente voltados para profissionais das áreas agrárias e produtivas. Os extensionistas que trabalhavam na área social tinham suas atuações voltadas para o trabalho com as mulheres, sendo visto como uma atividade secundária, relacionada ao papel de cuidadoras do lar.

Nos anos 1990, com a chegada do neoliberalismo, a Extensão Rural passou a sofrer cortes financeiros em todo o país, culminando em sua extinção. Poucos estados conseguiram manter suas instituições de extensão rural funcionando, deixando marcas de escamoteamento e aprofundamento das desigualdades no campo.

Seis anos após a extinção da Extensão Rural, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) retomou brevemente essa atividade através do Projeto Lumiar. O público-alvo desse projeto eram os assentados da reforma agrária, com o objetivo de levar “inovações” para os assentamentos. Nesse período, o Serviço Social esteve presente nas equipes de apoio, porém de forma temporária. No entanto, o Projeto Lumiar não atendia de forma eficaz as demandas das famílias do campo, pois era uma iniciativa fragmentada, não contemplando todos os trabalhadores rurais.

Nos anos 2000, durante o governo Lula, houve a construção de uma política de extensão rural capaz de contemplar um público mais amplo e defender os interesses

dos agricultores. A junção do governo federal com representantes das entidades rurais resultou na Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), aprovada em 2004. Essa política manteve alguns moldes do Projeto Lumiar, mas ampliou o público-alvo, incluindo questões de gênero, étnico-raciais e propostas para romper com o modelo tradicional de extensão rural. A PNATER trouxe uma abordagem que abarcava aspectos econômicos, sociais e ambientais.

Apesar do surgimento de um novo modelo de extensão rural com um viés mais progressista, este não alterou o ordenamento societário vigente. As contradições na luta da classe trabalhadora ainda são expressivas no âmbito do neoliberalismo, que de forma geral avança para atender aos interesses da classe burguesa. Ou seja, mesmo com a proposta de uma extensão rural mais abrangente, as estruturas de poder e as desigualdades inerentes ao sistema capitalista permanecem como obstáculos a serem enfrentados.

O novo modelo de extensão rural, voltado para um público mais amplo e atendendo às demandas de grupos da agricultura que foram relegados pela extensão rural tradicional, hoje tem sua atuação direcionada a atender ribeirinhos, povos tradicionais, indígenas, quilombolas, agricultores familiares, extrativistas, pescadores, entre outros. Essa abordagem mais abrangente busca contemplar a diversidade de sujeitos e demandas do campo, em contraste com o modelo anterior, que tendia a privilegiar determinados grupos.

O processo de trabalho do profissional de Serviço Social nas empresas de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) ainda é pouco divulgado. Suas habilidades profissionais muitas vezes são generalizadas, de modo que as atividades realizadas no cotidiano de trabalho são conferidas a todos os profissionais que constituem as equipes, independentemente de suas áreas de conhecimento. Essa abordagem acaba por deixar de lado as atribuições específicas do Serviço Social frente às demandas sociais existentes no meio rural.

Apesar disso, existe um significativo campo de trabalho para o assistente social na Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), embora este seja um espaço bastante desafiador. O profissional de Serviço Social ainda é pouco conhecido no meio rural, onde o destaque e o enfoque recaem sobre profissionais como engenheiros agrônomos e médicos veterinários, que possuem maior visibilidade por atuarem na área econômica. Ou seja, o Serviço Social enfrenta o desafio de se afirmar e conquistar seu espaço nesse campo de atuação, diante da predominância

de outras categorias profissionais.

No entanto, esta pesquisa contribuirá para uma reflexão crítica acerca da Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER). Isso porque essas políticas vêm gradativamente ampliando seu espaço no planejamento e execução de políticas públicas, requisitando, cada vez mais, a intervenção profissional do/a Assistente Social, que atua diretamente ligado ao campo social. Diante disso, percebe-se a necessidade de problematizar e questionar este espaço socioinstitucional, a intervenção do Serviço Social e sua função frente as expressões da “questão social” nesse contexto.

Compreender a trajetória da relação entre o Serviço Social e a Extensão Rural no Brasil reveste-se de grande relevância para a profissão. Apesar da longa história dessa interface, ainda são escassos os estudos e pesquisas que se debruçam sobre essa temática no campo do Serviço Social. Essa lacuna de conhecimento precisa ser preenchida, uma vez que a extensão rural configura-se como um importante espaço sócio-ocupacional para a atuação do assistente social, demandando o desenvolvimento de competências e habilidades específicas. Ou seja, o aprofundamento dessa discussão é fundamental para qualificar a intervenção do Serviço Social nesse contexto.

O problema central que esta dissertação se propõe a investigar é a trajetória da relação entre o Serviço Social e a Extensão Rural no Brasil. Apesar da longa história de interação entre essas duas áreas, ainda são escassos os estudos e pesquisas que se debruçam sobre essa temática no campo do Serviço Social. A maior parte da produção existente está concentrada em outras disciplinas, como a Agronomia e a Sociologia Rural, deixando uma lacuna significativa no âmbito da profissão. Compreender essa relação é fundamental para ampliar o conhecimento do Serviço Social sobre um importante espaço sócio-ocupacional de atuação profissional. Ou seja, preencher essa lacuna de conhecimento é essencial para qualificar a intervenção do assistente social nesse contexto.

O objetivo geral desta dissertação é analisar a trajetória da relação entre o Serviço Social e a Extensão Rural no Brasil, compreendendo seus fundamentos conceituais, seus processos sócio-históricos e as perspectivas de atuação profissional nesse campo. Para alcançar esse objetivo, a pesquisa se desdobra em objetivos específicos. Primeiramente, busca-se discutir as origens e o desenvolvimento da Extensão Rural, analisando sua inserção no contexto sócio-histórico e ideológico do

Estado capitalista. Essa análise inicial visa compreender as bases e o percurso dessa política, para então aprofundar a compreensão sobre a relação estabelecida com o Serviço Social ao longo do tempo.

Para alcançar esse objetivo, será realizada uma revisão bibliográfica sobre a história e a evolução da Extensão Rural no Brasil. Essa análise buscará compreender a relação da Extensão Rural com o processo de desenvolvimento do capitalismo no campo, bem como as influências ideológicas e políticas que permearam sua construção. Em seguida, a pesquisa se propõe a explorar as raízes da inserção do Serviço Social na Extensão Rural brasileira, destacando a dimensão social que permeou essas primeiras aproximações.

Nesse sentido, serão investigadas as diferentes fases da Extensão Rural e suas implicações para a inserção do Serviço Social, analisando os fatores sociais, políticos e ideológicos que motivaram essa aproximação, bem como a dimensão social que caracterizou as primeiras atuações do Serviço Social nesse campo.

A pesquisa contará com uma revisão bibliográfica sobre a atuação do Serviço Social na Extensão Rural, buscando compreender as perspectivas e possibilidades de intervenção profissional nessa interface. Serão mapeadas as principais produções acadêmicas do Serviço Social sobre a temática, identificando as abordagens, desafios e potencialidades da atuação do assistente social nesse espaço sócio-ocupacional. Essa análise visa compreender as possibilidades de intervenção do Serviço Social na dimensão social da Extensão Rural. Dessa forma, a pesquisa pretende contribuir para o aprofundamento do conhecimento sobre a trajetória da relação entre o Serviço Social e a Extensão Rural no Brasil, fornecendo subsídios para a ampliação da inserção e do reconhecimento da profissão nesse importante campo de atuação.

A relevância desta pesquisa reside na sua capacidade de preencher uma importante lacuna no campo do Serviço Social. Apesar da longa trajetória de interação entre a profissão e a Extensão Rural no Brasil, ainda são escassos os estudos e pesquisas que se debruçam sobre essa temática no âmbito acadêmico do Serviço Social. Essa lacuna de conhecimento precisa ser superada, uma vez que a Extensão Rural configura-se como um importante espaço sócio-ocupacional para a atuação do assistente social. Compreender essa relação é fundamental para ampliar o conhecimento da profissão sobre um campo de intervenção que demanda o desenvolvimento de competências e habilidades específicas.

Nesse sentido, os possíveis impactos e desdobramentos desta pesquisa são

significativos. Ao compreender a trajetória da relação entre o Serviço Social e a Extensão Rural, a dissertação poderá contribuir para o fortalecimento da profissão nesse campo, ampliando sua inserção e reconhecimento junto aos demais profissionais que atuam na Extensão Rural. Essa compreensão aprofundada da interface entre as duas áreas pode subsidiar a atuação do assistente social, qualificando sua intervenção e consolidando seu espaço nesse importante espaço sócio-ocupacional.

Além disso, a pesquisa pode subsidiar a construção de práticas e estratégias de intervenção do Serviço Social, voltadas para o desenvolvimento rural, fortalecendo a dimensão social das políticas públicas nessa área. Essa contribuição pode se refletir em melhores condições de vida e de acesso a direitos para a população rural, impactando positivamente no desenvolvimento socioeconômico e na justiça social no campo.

Essa contribuição é fundamental, uma vez que as políticas públicas de desenvolvimento rural têm se tornado cada vez mais complexas, exigindo a atuação de profissionais capacitados para lidar com as diversas expressões da questão social presentes no meio rural. Nesse sentido, o Serviço Social, com sua expertise na análise crítica das políticas públicas e na defesa dos direitos sociais, pode desempenhar um papel fundamental nesse contexto. A inserção qualificada do assistente social nas políticas de desenvolvimento rural pode potencializar a abordagem das demandas sociais e a garantia de direitos para as populações do campo.

Quanto aos procedimentos técnicos, a condução metodológica do estudo foi realizada por meio de uma pesquisa bibliográfica. A coleta de dados foi feita a partir de um levantamento bibliográfico, com o objetivo de obter informações e dados que foram analisados e articulados à fundamentação teórica. Essa análise visou interpretar as categorias e os fatos concretos da realidade social estudada, buscando compreender os significados e os processos de operacionalização da dimensão social da extensão rural, bem como a contribuição do assistente social nesse contexto.

Na sistematização e organização dos dados, por se tratar de uma pesquisa de abordagem quali quantitativa, os resultados foram apresentados em quadros demonstrativos e tabelas. Essa forma de apresentação visa facilitar a compreensão e a visualização dos dados coletados, integrando as informações qualitativas e quantitativas de maneira clara e objetiva.

Dessa forma, a abordagem metodológica adotada, pautada na pesquisa

bibliográfica, permitiu alcançar os objetivos propostos. Essa estratégia possibilitou destacar a relevância e a pertinência do Serviço Social na dimensão social da Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), com base na análise da literatura científica revisada. A presente dissertação está estruturada em três capítulos, que abordam os seguintes tópicos:

Capítulo 1 – A Extensão Rural no Processo Sócio-Histórico e Ideopolítico no Estado Capitalista: Discussões sobre suas Bases Conceituais

Este capítulo busca analisar as transformações históricas ocorridas no campo brasileiro, especialmente em relação à Revolução Verde e às mudanças no papel e na proposta para o desenvolvimento rural no país. É realizado um breve resgate histórico para compreender como a questão agrária surgiu como formação histórica e social e se inseriu no capitalismo dependente no desenvolvimento rural. Essa análise contextual visa estabelecer as bases conceituais e o processo sócio-histórico que permearam a construção da Extensão Rural no Brasil.

Capítulo 2 – As Origens do Serviço Social na Extensão Rural Brasileira e sua Dimensão Social: Explorando as Primeiras Aproximações

O segundo capítulo apresenta a trajetória histórica da relação entre o Serviço Social e a Extensão Rural no Brasil. Nele, evidencia-se como o Serviço Social tem se inserido e adaptado suas abordagens e estratégias de intervenção de acordo com as transformações desse campo de atuação ao longo das décadas. Essa análise busca compreender as origens e a dimensão social que permearam as primeiras aproximações entre as duas áreas.

Capítulo 3 – O Serviço Social na Extensão Rural: Revisão Bibliográfica e Perspectivas de Atuação

Este capítulo tem como objetivo apresentar uma pesquisa bibliográfica sobre a atuação do Serviço Social na Extensão Rural no Brasil, buscando compreender as potencialidades e desafios dessa interface. Essa análise visa contribuir para ampliar o debate sobre a inserção do assistente social nesse campo de trabalho.

Compreender a trajetória da relação entre o Serviço Social e a Extensão Rural no Brasil reveste-se de grande relevância para a profissão. Apesar da longa história dessa interface, ainda são escassos os estudos e pesquisas que se debruçam sobre essa temática no campo do Serviço Social. Essa lacuna de conhecimento precisa ser preenchida, uma vez que a extensão rural configura-se como um importante espaço sócio-ocupacional para a atuação do assistente social, demandando o

desenvolvimento de competências e habilidades específicas.

Portanto, o estudo da relação entre o Serviço Social e a Extensão Rural no Brasil possui grande relevância, não apenas para a compreensão dessa interface, mas também para o fortalecimento da inserção e do reconhecimento do Serviço Social nesse importante espaço de atuação profissional.

Ao analisar a trajetória dessa relação entre o Serviço Social e a Extensão Rural, a presente dissertação busca preencher uma lacuna no conhecimento da profissão. Essa análise visa contribuir para ampliar a perspectiva do processo de trabalho do Assistente Social no campo do “desenvolvimento rural”. Essa contribuição é fundamental em um contexto de ampliação dos espaços sócio-ocupacionais da profissão, que demanda o fortalecimento do Serviço Social nas políticas públicas voltadas para o meio rural. Ou seja, o estudo dessa interface pode subsidiar a inserção qualificada do assistente social em um importante campo de intervenção profissional.

Desse modo, a pesquisa aqui proposta visa não apenas compreender os fundamentos conceituais e os processos sócio-históricos que permearam a relação entre o Serviço Social e a Extensão Rural, mas também analisar as possibilidades de intervenção profissional nesse campo, com vistas a promover a justiça social e a melhoria da qualidade de vida da população rural. Essa abordagem se alinha com os desafios contemporâneos do Serviço Social, que busca ampliar sua atuação em espaços emergentes, consolidando-se como uma profissão comprometida com a transformação social em diferentes contextos.

Portanto, a presente dissertação se propõe a contribuir para o avanço do conhecimento e da prática do Serviço Social no campo da Extensão Rural, fortalecendo sua inserção e reconhecimento nesse importante espaço sócio-ocupacional.

2 A EXTENSÃO RURAL NO PROCESSO SÓCIO-HISTÓRICO E IDEOPOLÍTICO NO ESTADO CAPITALISTA: DISCUSSÕES SOBRE SUAS BASES CONCEITUAIS

“Quanto mais fundamente penso, mais profundamente me descompreendo.”

Fernando Pessoa

A extensão rural, enquanto prática e política pública, não pode ser compreendida de forma isolada, mas sim inserida em um contexto sócio-histórico e ideopolítico mais amplo. Suas origens, objetivos e transformações ao longo do tempo refletem as dinâmicas do Estado capitalista e as disputas em torno do desenvolvimento rural.

Neste capítulo, buscaremos analisar as bases conceituais da extensão rural, explorando suas raízes históricas e os embates ideológicos que permearam sua construção. Conforme sugere a citação de Fernando Pessoa, quanto mais nos aprofundamos em determinado tema, mais nos deparamos com a complexidade de sua compreensão.

Essa perspectiva nos convida a uma postura de humildade e abertura diante do objeto de estudo, reconhecendo que a extensão rural não pode ser reduzida a uma leitura simplista. Ao contrário, requer um exercício constante de reflexão, diálogo e (re)construção de saberes, à medida que nos debruçamos sobre as transformações históricas ocorridas no campo brasileiro.

Nesse sentido, faremos um breve resgate histórico da questão agrária no Brasil, compreendendo como ela se inseriu no processo de desenvolvimento do capitalismo dependente e suas implicações para a produção de riqueza, exploração e expropriação. Nesse contexto, a extensão rural desempenhou um papel fundamental, atuando como um importante instrumento de disseminação das tecnologias e práticas da revolução verde, contribuindo para a modernização conservadora da agricultura.

Além disso, discutiremos os impactos da globalização neoliberal na questão agrária brasileira, com a estrangeirização da terra e a priorização da produção de commodities para exportação. Nesse cenário, refletiremos sobre os desafios e as possibilidades de reinvenção da extensão rural, na busca por formas de apoiar os pequenos agricultores e comunidades tradicionais na defesa de seus territórios e na promoção de uma agricultura mais sustentável e voltada para a segurança alimentar.

2.1 A Questão Agrária no processo histórico brasileiro

O conceito de “questão agrária” no Brasil é interpretado de diversas formas e áreas do saber. Stedile (2012) aponta que essas interpretações evidenciam diferentes aspectos do estudo da realidade agrária, tais como: na Literatura Política, na Sociologia, na Geografia, e na História, cada uma delas em suas especificidades.

Na literatura política, o conceito ‘questão agrária’ sempre esteve mais afeto ao estudo dos problemas que a concentração da propriedade da terra trazia ao desenvolvimento das forças produtivas de uma determinada sociedade e sua influência no poder político. Na Sociologia, o conceito ‘questão agrária’ é utilizado para explicar as formas como se desenvolvem as relações sociais, na organização da produção agrícola. Na Geografia, é comum a utilização da expressão ‘questão agrária’ para explicar a forma como as sociedades, como as pessoas vão se apropriando da utilização do principal bem da natureza, que é a terra, e como vai ocorrendo a ocupação humana no território. Na História, o termo ‘questão agrária’ é usado para ajudar a explicar a evolução da luta política e a luta de classes para o domínio e o controle dos territórios e da posse da terra (STEDILE, 2012, p. 17).

O conceito de “questão agrária” é um tema amplo e multifacetado que é abordado de maneira diferente em várias disciplinas acadêmicas, por diferentes estudiosos do tema. Em suma, a questão agrária se refere aos problemas e desafios relacionados à propriedade e ao uso da terra, bem como às relações sociais, políticas e econômicas que surgem em torno disso.

Na literatura política, a questão agrária é vista como um obstáculo ao desenvolvimento das forças produtivas de uma sociedade, pois a concentração da propriedade da terra pode levar a uma distribuição desigual de recursos e poder.

Na sociologia, a questão agrária é estudada em relação às formas como as relações sociais se desenvolvem na organização da produção agrícola, incluindo a forma como as pessoas se organizam para produzir e distribuir alimentos.

Na geografia, a questão agrária é abordada em termos de como as sociedades se apropriam e utilizam a terra, incluindo a ocupação humana do território e a forma como a terra é utilizada para produzir alimentos e outros recursos.

Na história, a questão agrária é vista como um fator importante na evolução da luta política e da luta de classes, pois a posse e o controle da terra têm sido uma fonte de poder e riqueza ao longo da história.

A questão agrária no Brasil é um assunto complexo e multifacetado que envolve aspectos históricos, políticos, sociais e econômicos. As primeiras discussões sobre a questão agrária no Brasil surgiram na década de 1960, quando os partidos políticos

começaram a se organizar e a debater sobre a reforma agrária. Antes disso, a estrutura fundiária brasileira era marcada pela concentração de terras em poucas mãos, o que gerava desigualdades sociais e econômicas profundas. Essas discussões envolveram desde a ala política de esquerda, que defendia a reforma agrária como uma forma de promover a justiça social e a distribuição de terras, até a ala política de direita, que defendia a manutenção do status quo e a propriedade privada.

Os estudos existentes no Brasil sobre a “questão agrária” ainda são bastante recentes. O nosso país passou por um longo período em que vivenciou o colonialismo, período caracterizado pelo autor Stedile (2012) de “escuridão”. Houve um atraso para começar a discutir a realidade da questão agrária na conjuntura brasileira, provocados pelo autoritarismo colonial que impossibilitou o desenvolvimento de pesquisa nesta área.

O período de "escuridão" mencionado por Stedile (2012) se refere à época em que a pesquisa e o debate sobre a questão agrária foram silenciados ou reprimidos pelo poder colonial e, posteriormente, pelas elites agrárias que se beneficiavam do status quo. Somente a partir da segunda metade do século XX, com a redemocratização do país e a emergência de movimentos sociais rurais, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), é que os estudos sobre a questão agrária começaram a ganhar força e visibilidade no Brasil. Esse atraso no desenvolvimento de pesquisas sobre o tema reflete o autoritarismo e a concentração de poder que marcaram a história do país.

Os estudos sobre a questão agrária têm contribuído significativamente para uma melhor compreensão das desigualdades e injustiças presentes no campo brasileiro. Eles evidenciam a concentração de terras, a exploração dos trabalhadores rurais e a violência contra os movimentos sociais rurais, como o MST. Além disso, esses trabalhos acadêmicos também têm apontado para a necessidade de uma reforma agrária ampla e profunda, que promova a redistribuição equitativa das terras, o fortalecimento da agricultura familiar e camponesa, e a garantia de direitos e melhores condições de vida para a população do campo. Dessa forma, a produção de conhecimento nessa área tem sido fundamental para iluminar os problemas estruturais do campo e subsidiar propostas de transformação da realidade agrária brasileira.

Com a abolição do trabalho escravo, o modelo de produção agrícola Plantation¹ chega ao final. O modelo agroexportador foi a eclosão da I Guerra Mundial nos anos de 1914-1918, onde o houve o distanciamento do comércio entre as Américas e a Europa. A crise segue até 1930, nesse período de crise, nasceu no cenário brasileiro, o campesinato².

De acordo com o Stedile (2012, p.27) o surgimento do campesinato no Brasil ocorreu através de duas vertentes:

A primeira, trouxe quase dois milhões de camponeses pobres da Europa, para habitar e trabalhar na agricultura nas regiões Sudeste e Sul. A segunda vertente de formação do campesinato brasileiro teve origem nas populações mestiças³ que foram se formando ao longo dos 400 anos de colonização, com a miscigenação entre brancos e negros, negros e índios, índios e brancos, e seus descendentes. Essa população, em geral, não se submetia ao trabalho escravo e, ao mesmo tempo, não era capitalista, eram trabalhadores pobres, nascidos aqui. (STEDILE, 2012, p. 27).

De acordo com Stédile (2012), outros fatores também contribuíram para o desenvolvimento do campesinato no Brasil. A colonização portuguesa e a exploração econômica do país levaram à formação de uma classe de pequenos agricultores e trabalhadores rurais que se estabeleceram nas regiões mais férteis do país. Além disso, a abolição da escravatura em 1888 e a subsequente imigração de trabalhadores europeus e asiáticos também contribuíram para a formação do campesinato brasileiro.

A formação do campesinato no Brasil remonta ao período colonial, quando os portugueses introduziram a agricultura e a pecuária no país. No entanto, foi apenas

1 Stedile (2012) define que o que caracteriza a Plantation é a forma de organizar a produção agrícola em grandes fazendas de área contínua, com a prática monocultura, ou seja, com a plantação de um único produto, destinado à exportação, seja ela a cana-de-açúcar, o cacau, o algodão, gado, etc., com o emprego de mão de obra escrava.

2 De acordo com Wanderley (2014), no Brasil, a noção de campesinato carrega uma dupla conotação. Por um lado, o campesinato é frequentemente associado às formas mais tradicionais da agricultura, realizadas em pequena escala, com poucos recursos produtivos, pouco integradas ao mercado e à vida urbana, sendo por vezes identificado à incivilidade e ao atraso econômico e social. Nessa perspectiva, o campesinato se distinguiria da agricultura familiar, que, apesar de também operar em condições de produção restritas, estaria mais integrada às cidades e aos mercados. Por outro lado, a palavra “camponês” possui um forte conteúdo político, sendo frequentemente associada ao movimento camponês, que foi duramente perseguido como “subversivo” pelos governos militares que governaram o Brasil de 1964 a 1985. Essa conotação política levou, nesse período, à adoção de denominações oficiais como “pequenos produtores”, “agricultores de subsistência” e “produtores de baixa renda”, que, além de imprecisas, carregavam um forte conteúdo depreciativo.

3 Os termos “índios” e “mestiços” foram utilizados neste texto para referenciar a época histórica descrita pelo autor, refletindo a linguagem e a terminologia empregada na época da colonização. Atualmente, os termos mais apropriados para se referir a esses grupos populacionais seriam “indígenas” e “pardos”, respectivamente, de acordo com a nomenclatura utilizada nos dias de hoje.

no século XX que o campesinato se tornou uma força política e social importante no Brasil. Sendo caracterizado por uma grande diversidade de culturas, línguas e práticas agrícolas. Os camponeses brasileiros são em sua maioria pequenos agricultores, que trabalham em propriedades familiares ou em cooperativas. Enfrentam muitos desafios, incluindo a falta de acesso à terra, a falta de recursos financeiros, a falta de infraestrutura rural, a falta de apoio governamental e a concorrência desleal dos grandes produtores agrícolas. Uma das principais lutas é a luta pela reforma agrária, que visa a distribuir a terra de forma mais justa e igualitária.

Existem muitas organizações que representam os interesses dos camponeses brasileiros, incluindo a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Brasil (FETAGs) e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST). O campesinato é fundamental para a economia e a segurança alimentar do Brasil. Os camponeses brasileiros produzem uma grande parte dos alimentos consumidos no país, e são responsáveis por uma parcela significativa do PIB.

De acordo com Stédile (2012), outros aspectos apontados pelo autor são que as oligarquias rurais continuaram donas das terras, continuaram latifundiários e produzindo para a exportação, mas não detinham todo o poder político. A burguesia industrial agora se encontrava no poder e fizeram uma aliança com a oligarquia rural no intuito de tomarem o poder e se manterem como classe social dominante neste período. Contudo, a burguesia industrial tem sua origem na oligarquia rural, com a acumulação de capital proveniente do café e do açúcar, o que ocorreu de forma diferente do cenário europeu e dos Estados Unidos.

O modelo industrial era dependente do maquinário e até mesmo dos operários da Europa e dos Estados Unidos e dessa forma só seria possível a importações dessas máquinas com a “continuidade das exportações agrícolas que geravam divisas para o seu pagamento, fechando assim o ciclo da lógica da necessidade do capitalismo dependente”. (STEDILE, 2012, p.28).

O Capitalismo Dependente avança na década de 1960, período que nos apresenta uma agricultura modernizada, capitalista, e um setor camponês que subordinadamente segue aos interesses do capital industrial. Neste período eclode a primeira crise cíclica desse modelo de industrialização dependente. E, é também neste período que surgem períodos de mobilizações sociais, disputas entre as classes, em busca de saídas, tanto para a acumulação de capital, quanto para a

classe trabalhadora (MARINI, 2000).

Para Graziano da Silva (1996), o processo de modernização da agricultura deve ser entendida em três momentos distintos, que nos ajuda a compreender o desenvolvimento agrário no Brasil. O Primeiro momento é caracterizado pela formação dos “Complexos Agroindustriais”, onde a dinâmica da agricultura passa a ser subordinada a dinâmica da indústria. O segundo é marcado pela “industrialização da agricultura”, quando a indústria é a que comanda e controla a base técnica para a produção rural. E o terceiro momento é o que ficou conhecido como a implantação de um pacote tecnológico composto por sementes melhoradas, adubos químicos e fertilizantes que visava a produção agrícola através de sua padronização em bases industriais conhecida como a “Revolução Verde”.

A Revolução Verde, que ocorreu na década de 1940 e 1950, foi um período de transformação agrícola que visava aumentar a produção de alimentos e reduzir a fome em países em desenvolvimento. No contexto brasileiro, a Revolução Verde foi marcada pelo aprofundamento da perspectiva modernizadora no campo, que se caracterizou pela introdução de tecnologias e práticas agrícolas mais avançadas, como a mecanização, a irrigação e o uso de fertilizantes e pesticidas químicos.

A Revolução Verde ficou conhecida como a difusão de tecnologias agrícolas que permitiram um aumento considerável na produção, principalmente em países subdesenvolvidos, entre os anos de 1960 e 1970, a partir das modernizações tecnológicas foi um modelo que estendeu o uso da tecnologia no campo a partir do incentivo da utilização de agrotóxicos e fertilizantes, máquinas agrícolas e sementes geneticamente modificadas (SILVA; FALCHETTI, 2011). O objetivo inicial era extinguir a fome mundial, porém acabou trazendo muitos impactos negativos tanto no âmbito social quando no âmbito ambiental.

No período da “Revolução verde” houve um grande favorecimento exclusivamente ao grande produtor, no qual tinha grandes condições de investir em tecnologia de campo e produzir em grande escala sem grandes custos. E dessa forma o pequeno produtor sem condições para investir em tecnologia continua produzindo de forma tradicional e sem grandes chances de competir com os grandes. Nesse momento os pequenos produtores começam a trabalhar de forma assalariada e indo para cidades em busca de melhores condições de vida. Desta forma é perceptível que a Revolução Verde modificou de maneira profunda o campo brasileiro, trazendo alterações no desenvolvimento rural além de transfigurar o padrão socioeconômico,

conferidas ao processo de reformulação produtiva na agricultura (NAVARRO, 2001).

Essa modernização agrícola foi impulsionada pelo governo brasileiro, que criou políticas para fomentar o desenvolvimento do setor agrícola, como a criação do Ministério da Agricultura em 1960. Além disso, a entrada de capital estrangeiro no país, especialmente dos EUA, contribuiu para a consolidação do capitalismo dependente no Brasil. Tornando o país um exportador de commodities agrícolas, como café, soja e açúcar, e importador de produtos manufaturados.

No entanto, a modernização agrícola também trouxe consequências negativas, como a concentração de terras, a expulsão de pequenos agricultores e a degradação ambiental. Além disso, a dependência do capital estrangeiro limitou a capacidade do Brasil de desenvolver uma economia mais autônoma e diversificada.

De acordo com Miralha (2006), com o golpe de Estado de 1964, a velha oligarquia rural que permeava o poder político através de vários deputados, senadores e governadores decidiram manter inalteradas as estruturas fundiárias brasileiras e retardando assim o projeto de reforma agrária brasileira.

Para Delgado (2014), os conceitos de questão agrária e de reforma agrária são interdependentes, ambos relatam à estrutura agrária do país e seguem itinerários históricos próprios. O autor aborda que a questão agrária trata-se da estrutura, posse e uso da terra no país, já a reforma agrária trata-se da proposição política de reforma dessa mesma estrutura, sendo assim, é voltada para o conjunto de políticas públicas que são capazes de modificar determinadas estruturas agrárias no país.

A atual conjuntura do agronegócio no Brasil vem ganhando espaço com o mercado de commodities que estão cada vez mais no eixo do capitalismo global, e as consequências que esse modelo econômico baseado na agroexportação traz para o país hoje. Precisamos analisar, historicamente, como se chegou a essa realidade de dependência estrangeira no país.

Em suma, a Revolução Verde e a consolidação do capitalismo dependente no Brasil foram marcadas pela modernização agrícola, a concentração de terras e a dependência do capital estrangeiro, o que trouxe consequências econômicas, sociais e ambientais negativas para o país.

2.2 Capitalismo dependente e a modernização agrícola: a existência do agronegócio na extensão do capital mundial

Nas primeiras décadas de 1960, emergiram movimentos políticos de diversos setores de trabalhadores rurais e grupos sociais, com o objetivo de contestar a acentuada desigualdade social e a elevada concentração de terras no Brasil. Essa mobilização visava pressionar o governo a realizar uma reforma agrária no país. O então presidente, João Goulart, possuía ideias progressistas e compreendia a necessidade de uma reforma agrária que promovesse a completa modernização do Brasil.

Neste período a questão agrária seria sinônimo de modernização. Substituição da matriz centrada na mais valia absoluta, pela da mais valia relativa. Mecanização do campo, diversificação produtiva mas em grande escala e, profissionalização da pequena agricultura, tornavam-se assim os novos motes de velhas práticas conservadas intactas como o tamanho das grandes propriedades, a desigualdade político-jurídica entre pequenos e grandes e, não menos importante, a primazia dada ao desenvolvimento urbano-industrial, frente ao modelo de integração para o desenvolvimento. (TRASPADINI, 2018, p. 1706)

A autora aprofunda essa noção de “modernização” associada à questão agrária nesse período. Ela destaca que a reforma agrária era vista como sinônimo de modernização, envolvendo a substituição de práticas baseadas na mais-valia absoluta por aquelas centradas na mais-valia relativa, a mecanização do campo, a diversificação produtiva em grande escala e a profissionalização da pequena agricultura. No entanto, essas transformações coexistiam com a manutenção de velhas estruturas, como a concentração fundiária e a desigualdade entre pequenos e grandes proprietários, além da prioridade dada ao desenvolvimento urbano-industrial.

Segundo a autora, durante esse período, a noção de modernização estava intimamente associada a mudanças significativas na agricultura. Isso implicava na substituição da matriz econômica baseada na mais-valia absoluta (lucro máximo) pela mais-valia relativa (lucro em relação ao custo), o que por sua vez demandava uma reorganização e um novo gerenciamento da atividade agrícola. Nesse contexto, a introdução de máquinas e tecnologias visava aumentar a eficiência e a produtividade do campo, ao mesmo tempo em que se buscava a diversificação da produção em larga escala, com a oferta de uma variedade de culturas e produtos.

Apesar dessas transformações modernizantes no setor agrícola, a autora

destaca que algumas práticas conservadoras permaneceram intactas. O tamanho das grandes propriedades, por exemplo, continuou concentrado e elevado, mantendo a estrutura fundiária altamente desigual. Além disso, a desigualdade político-jurídica entre pequenos e grandes agricultores persistiu, com os pequenos produtores tendo menos poder e influência do que os grandes. Não menos importante, a prioridade foi dada ao desenvolvimento urbano-industrial em detrimento de um modelo de integração mais equilibrado entre os setores, priorizando o crescimento econômico em detrimento de um desenvolvimento sustentável.

Por isso as mudanças que ocorreram na agricultura durante um determinado período, essas mudanças não foram suficientes para superar as desigualdades e práticas conservadoras que continuaram a existir.

Desta forma, o Capitalismo Dependente também progredia na década de 1960, período que nos apresenta uma agricultura modernizada e capitalista, e um setor camponês que subordinadamente segue aos interesses do capital industrial. Neste período, desencadeia-se a primeira crise cíclica desse modelo de industrialização dependente. É também neste período que emergem períodos de mobilizações sociais e disputas entre as classes, em busca de saídas tanto para a acumulação de capital quanto para a classe trabalhadora.

De acordo com Marini (2000), a dependência é uma dialética que envolve dois aspectos: a dependência econômica e a dependência política. A dependência econômica se refere à subordinação dos países periféricos às economias centrais, que controlam os mercados, a tecnologia e os recursos naturais. Por sua vez, a dependência política diz respeito à subordinação dos governos periféricos aos interesses dos países centrais, que exercem influência política e militar sobre os países periféricos.

O conceito de Capitalismo Dependente foi desenvolvido pelo economista brasileiro Ruy Mauro Marini em sua obra *Dialética da Dependência* (1973). Essa teoria busca explicar as relações econômicas entre os países centrais (desenvolvidos) e os países periféricos (subdesenvolvidos) no sistema capitalista. Marini argumenta que a dependência não se trata apenas de falta de desenvolvimento ou atraso, mas sim de uma condição estrutural, criada e mantida pelas relações de poder e exploração entre os países centrais e periféricos.

Segundo Marini (2000), a dependência não é uma situação estática, mas sim uma relação dinâmica que envolve uma luta constante entre os países centrais e

periféricos. Nesse sentido, os países periféricos buscam superar sua condição de dependência, enquanto os países centrais trabalham para manter e aprofundar sua dominação sobre os países periféricos.

A dialética da dependência é uma crítica ao modelo de desenvolvimento econômico que prevaleceu no século XX, que considerava que os países subdesenvolvidos poderiam alcançar o desenvolvimento econômico apenas mediante a imitação dos países desenvolvidos. Marini (2000) argumenta que essa abordagem ignora as relações de poder e exploração que caracterizam as relações internacionais.

A teoria da dialética da dependência influenciou significativamente o pensamento econômico e político na América Latina e em outros países em desenvolvimento, e continua a ser relevante hoje em dia, em um contexto de globalização e desigualdade econômica crescente.

A dependência é uma situação em que um certo grupo de países tem sua economia condicionada pelo desenvolvimento e expansão de outra economia à qual a própria está submetida. A relação de interdependência entre duas ou mais economias, e entre elas e o comércio mundial, assume a forma de dependência quando alguns países (os dominantes) podem se expandir e auto-impulsar, enquanto outros países (os dependentes) só podem fazer isso como reflexo dessa expansão, que pode agir de forma positiva ou negativa sobre o seu desenvolvimento imediato. De qualquer forma, a situação básica de dependência leva a uma situação global dos países dependentes que os coloca em posição de atraso e sob exploração dos países dominantes. Assim, os países dominantes dispõem de um predomínio tecnológico, comercial, de capital e sociopolítico sobre os países dependentes (com predomínio de alguns desses aspectos nos vários momentos históricos) que lhes permite impor-lhes condições de exploração e extrair parte dos excedentes produzidos anteriormente. (SANTOS, 2006, p. 397).

A citação de Santos (2006) apresenta uma interpretação da dependência como uma relação desigual entre economias, em que alguns países (os dominantes) exercem influência e controle sobre outros países (os dependentes). Essa relação de interdependência assume a forma de dependência quando os países dominantes podem se expandir e impulsionar seu próprio desenvolvimento, enquanto os países dependentes só podem fazê-lo como reflexo da expansão dos países dominantes.

Nessa situação, os países dependentes encontram-se em uma posição de defasagem e exploração, pois os países dominantes detêm um predomínio tecnológico, comercial, de capital e sociopolítico que lhes permite impor condições de exploração e extrair parte dos excedentes produzidos anteriormente.

Tatiana Brettas (2020) ao citar a obra de Ruy Mauro Marini explica que no

período colonial “a expansão do mercado mundial, tem o valor produzido em uma região e é em grande parte apropriado fora dela como expressão de uma relação desigual”. Nos faz perceber que o rompimento com o estatuto colonial e a passagem para uma situação de independência política não anunciou uma interrupção no modo de dominação. Ao contrário do que se pensa isso,

aprofundou os mecanismos de inserção subordinada no bojo das relações internacionais e abriu caminho para a condição de dependência que marca estes países desde então. Esta realidade imprimiu um sentido de subordinação às formações econômico-sociais latino-americanas e marcou profundamente as bases do modo de produção capitalista nestes países. (BRETTAS, 2020, p. 96).

Seguindo a linha de raciocínio de Tatiana Brettas (2020 p.96) em diálogo com a obra de Mauro Marini, a dependência pode ser entendida por meio de “uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência”. Isso significa que as nações subordinadas podem ter suas estruturas econômicas e sociais moldadas para atender aos interesses das nações dominantes, perpetuando assim a dependência. Essa perspectiva pode ser útil para analisar as relações econômicas e políticas entre países, especialmente no contexto do sistema internacional.

Assim o autor Sampaio Jr. (2012) nos aponta em seus estudos que a estrutura fundiária concentrada que perpassa na raiz de desigualdades socioeconômicas são alarmantes. E isso em um país de capitalismo dependente como o Brasil, onde tem como desfecho uma sociedade profundamente desigual, as diferentes frações da burguesia brasileira, dependentes do capital externo e a ele associadas, constituíram-se em um bloco de poder que tende a bloquear quaisquer mudanças institucionais que venham comprometer seu monopólio da terra e o domínio sobre o conjunto da sociedade, impedindo assim avanços na reforma agrária.

Para Miralha (2006), o golpe de Estado de 1964 representou um momento de fragilidade sobre as decisões fundiárias no país, a velha oligarquia rural que permeava o poder político através de vários deputados, senadores e governadores decidiram manter inalteradas as estruturas fundiárias brasileiras e atrasando assim o projeto de reforma agrária brasileira.

Nesse período de 1964 o Estatuto da Terra é aprovado onde os direitos trabalhistas para o meio rural é ampliando e são feitas reivindicações referentes a

função social da propriedade da terra. Bambirra (1998) nos mostra o interesse principal desta aprovação que seria a implementação de impostos territoriais progressivo sobre as propriedades improdutivas e um processo de colonização que seria visto como avanço da fronteira agrícola. Entretanto, no final, essa implementação não se caracterizou dessa forma, uma vez que a velha oligarquia rural, que permeava o poder político, decidiu manter inalteradas as estruturas fundiárias brasileiras, atrasando assim o projeto de reforma agrária no país.

O objetivo principal deste seria a implementação de um imposto territorial progressivo sobre as propriedades improdutivas, além da promoção de um processo de colonização, que seria o avanço da fronteira agrícola. Entretanto, na prática, essa medida não se realizou. Nem o dispositivo legal foi utilizado para a cobrança do imposto, nem o avanço da colonização se realizou a contento (do ponto de vista da reforma agrária), dada o caráter inóspito das terras (BAMBIRRA 1998, p. 4).

Mesmo com a aprovação do Estatuto da Terra em 1964, este não contribuiu para estabelecer mais igualdade na estrutura da propriedade da terra. Pelo contrário, a política econômica beneficiou abertamente os latifúndios como característica essencial, além de favorecer a adoção de pacotes tecnológicos estrangeiros, por meio de uma política de crédito voltada para as grandes propriedades.

De acordo com as teorias de Caio Prado Jr. (1987) sobre a condição agrária no Brasil, é possível caracterizar uma grande monocultura exportadora extremamente articulada com a dinâmica internacional do capitalismo. Essa estrutura agrária encontrava-se totalmente dominada por capitais externos, em detrimento de nossas particularidades históricas, relacionando o capitalismo dependente ao latifúndio agroexportador.

Segundo Sampaio Jr. (2012), a economia colonial baseada em latifúndios voltados para a exportação impôs um padrão de expropriações e de exploração, atualizado pelos fundamentos do capitalismo dependente. Como sócios da exploração colonial de outrora e do imperialismo atual, esses grupos asseguram sua sobrevivência promovendo formas de exploração das forças produtivas e manipulando as condições socioambientais internas do país. O grande e, sobretudo, o agronegócio está entranhado no topo do bloco no poder e, por isso, ocupa o centro do poder do Estado nacional, fazendo deste um instrumento de condução de políticas ultraconservadoras, predominantemente antinacionais e antidemocráticas.

Na opinião de Brettas (2020, p. 96), essas determinações estruturais passam

pelo modo de produção capitalista nos países onde a economia é de dependência, marcada pelo pacto entre as burguesias, tanto a de agroexportação quanto a industrial nascente. Esse pacto reforça a intensa concentração de renda e de riqueza, exaltando a posição de subalternidade nas relações externas e criando, de forma particular e estrutural, a superexploração da força de trabalho.

Sobre o capitalismo dependente, Traspadini (2016) enfatiza a subordinação do País aos ditames imperialistas onde são definidos o que e como produzir, a dependência tecnológica e o intercâmbio desigual encontram consideravelmente na força de trabalho os mecanismos para compensar a posição subalterna e desigual no mercado mundial.

Brettas (2020. p. 96) ressalta que, “a dependência precisa ser pensada a partir do estabelecimento de relações de produção desiguais entre países que, ao absorverem transferências de valor produzidas por outros, reforçam as desigualdades regionais”. E mais, “as economias dependentes produzem riquezas que é apropriada no exterior, criando uma dinâmica interna própria e produtora de desigualdades no interior desses países”. Isso faz com que toda estrutura produtiva siga as exigências externas.

Essas exigências externas se estabelecem através da introdução do capital financeiro na agricultura, priorizando o agronegócio. Esse processo tem crescido e valorizado o mercado de terras e as exportações de matérias-primas, ou seja, commodities agrícolas (como milho, soja, algodão e café, entre outras), direcionando a produção agrícola do país a um padrão de produção centrado no monocultivo.

De acordo com Barros (2018) “as últimas décadas, a agricultura em todo mundo tem sofrido as incursões do capital financeiro no sentido de produzir em escala global sob as regras do mercado e da acumulação”. No Brasil, o governo vêm criando condições favoráveis à expansão do agronegócio, fortalecendo a aliança entre a propriedade fundiária com o capital financeiro. Somos produtores de matérias-primas, que são vendidas e apropriadas por empresas transnacionais que controlam os preços, a taxa de lucro e o mercado mundial.

A matriz produtiva imposta no Brasil pelo modelo do agronegócio é socialmente injusta, pois privilegia a mecanização e o uso intensivo de agrotóxicos, em detrimento da mão de obra humana. Além disso, esse modelo é totalmente dependente de capital financeiro para o plantio e subordinado aos grupos estrangeiros que controlam as sementes, os insumos, os preços e o mercado, ficando com a maior parte do lucro da

produção agrícola.

Essa lógica de reprodução do capital no campo, que se desenvolve no controle da produção agrícola, nos insumos e na expansão dos produtos para exportação só foi possível em função da aliança que se produziu entre as empresas multinacionais com os fazendeiros e grandes proprietários de terra. Os fazendeiros se associam subordinadamente às corporações do capital financeiro e dispõem de grandes extensões de terra, da depredação do meio ambiente e da superexploração do trabalho agrícola, muitas vezes com uso da força em condições análogas ao trabalho escravo. (BARROS, 2018, p. 181).

A expansão do agronegócio acarreta tanto no aumento do preço da terra quanto na sua concentração e monopolização em áreas extensas de monocultura. Dessa forma, o capital aplicado à terra proporciona a acumulação desse capital, tendo a renda da terra como renda fundante para sua reprodução. Isso resulta em maiores lucros para os capitalistas internacionais, provenientes das exportações.

Sobre o cenário atual do agronegócio no Brasil, Carvalho enfatiza que,

O agronegócio assim reproduzido tem obtido resultados financeiros que lhe são altamente favoráveis apesar da escolha pela oferta e comercialização de produtos para exportação em detrimento dos produtos de consumo alimentar e da absoluta indiferença com a dominação exercida pelas empresas capitalistas transnacionais no agrário brasileiro [...] Essa concentração de renda e da riqueza pelas empresas capitalistas no campo vem se concretizando – como outrora no período colonial, com o apoio massivo das políticas públicas governamentais. (CARVALHO, 2013, p.32).

O texto de Carvalho destaca a crítica ao modelo de agronegócio brasileiro, que prioriza a exportação de produtos em detrimento da produção de alimentos para o consumo interno. Além disso, ele argumenta que as empresas capitalistas transnacionais exercem uma grande influência no setor agrário brasileiro, concentrando a renda e a riqueza em suas mãos. Isso ocorre com o apoio de políticas públicas governamentais, o que remete ao período colonial.

Nesse modelo de agronegócio não há espaço para a agricultura familiar e a reforma agrária camponesa e popular. A agricultura, bem como o próprio meio rural encontra-se dependentes do capital internacional, bem como de empresas transnacionais que se instala, no Brasil com o intuito de produzir commodities a preços mais baratos e com interesses em mercado de terras.

O modelo de agronegócio descrito, prioriza a produção em larga escala e a exportação de commodities, o que pode levar à marginalização da agricultura familiar

e da reforma agrária camponesa e popular. Isso pode ter consequências negativas para as comunidades rurais e para a soberania alimentar do país. A dependência do capital internacional e das empresas transnacionais pode levar à perda de controle sobre a terra e os recursos naturais, além de promover a exploração dos trabalhadores rurais.

A busca por commodities a preços mais baixos pode gerar impactos negativos ao meio ambiente e à biodiversidade, uma vez que a prioridade é a maximização do lucro em detrimento da sustentabilidade. Nesse contexto, é essencial considerar modelos de desenvolvimento rural que priorizem a agricultura familiar, a reforma agrária e a soberania alimentar. Esses modelos devem garantir o acesso à terra e aos recursos naturais para as comunidades rurais, promovendo assim a sustentabilidade ambiental.

Para que os modelos de desenvolvimento rural mais sustentáveis sejam efetivos, é fundamental o apoio de políticas públicas que incentivem a inovação e a capacitação dos agricultores familiares. Dessa forma, esses agricultores terão acesso a tecnologias e práticas agrícolas mais eficientes e ambientalmente responsáveis, fortalecendo a sustentabilidade desses modelos de desenvolvimento rural.

Além disso, é fundamental fortalecer as organizações de agricultores e as cooperativas, pois elas desempenham um papel crucial na defesa dos interesses dos produtores rurais e na promoção da soberania alimentar. Paralelamente, é necessário estabelecer mecanismos de controle e fiscalização eficazes para evitar a exploração desenfreada dos recursos naturais, garantindo que a produção agrícola seja realizada de forma responsável e sustentável. Dessa maneira, será possível conciliar o desenvolvimento rural com a preservação do meio ambiente

2.3 A trajetória da extensão rural no Brasil

Nos anos 1950 e 1960, a extensão rural foi institucionalizada no Brasil, fortemente influenciada pelo modelo norte-americano. Nesse período, foi criada a Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (ABCAR), responsável por coordenar as Associações de Crédito e Assistência Rural nos estados (CRUZ, 2020, p.45). Essa influência norte-americana tinha o objetivo de incentivar os produtores rurais a terem acesso a crédito bancário. Paralelamente, ocorria no país a Revolução Verde, um processo de modernização da agricultura que contribuiu para o

desenvolvimento do capitalismo no campo.

Nas décadas finais dos anos 1960 e início dos anos 1970, a história agrária brasileira foi marcada pela industrialização da agricultura. Os grandes proprietários de terras almejavam a difusão tecnológica, isto é, a modernização agrícola, que ficou conhecida como a industrialização da agricultura. Esse processo contribuiu massivamente para o uso de produtos químicos, como agrotóxicos, e de insumos modernos, acarretando também o aumento das desigualdades no campo.

De acordo com Cruz (2020), na década de 1970, foram criadas a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER) e o Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural (SIBRATER), com o objetivo de estatizar a assistência técnica e extensão rural (ATER), prestando apoio financeiro às instituições estatais. Após a criação do SIBRATER, as organizações não governamentais também passaram a fazer parte desse sistema.

Ainda que sob o regime militar, o SIBRATER teve um papel significativo na chamada “modernização conservadora”, adotando pacotes industrializantes do campo, além do consumo de insumos e equipamentos industrializados no campo. Ainda que fortemente agrário, o país passou a integrar na agenda das agências de fomento internacional, com metodologias difusionistas entre as ações de extensão. Essa modernização conservadora possibilitou a inserção de capital internacional no campo, o aumento de investimentos e venda de terras a multinacionais para a produção em larga escala de *commodities*. A exclusão social combinada a um processo de intensificação verde, por meio da mecanização do campo, inviabilizou a produção de agricultores familiares, notabilizando e exacerbando o êxodo, a pobreza e a fome no campo. (CRUZ, 2020, p. 49).

A modernização conservadora, conforme aponta a autora, contribuiu fortemente para o crescimento da crise social e a modificação das unidades familiares rurais. Nesse processo, as forças produtivas e a mão de obra foram redirecionadas para as indústrias e a construção civil, expulsando os camponeses do campo. Essa população passou a sofrer com a falta de políticas públicas e a alta concentração de terras nas mãos dos grandes produtores, agravando a crise no campo.

A unidade familiar, que antes era a base da produção agrícola, foi profundamente afetada por essa modernização conservadora, que privilegiou os grandes proprietários em detrimento dos pequenos agricultores. Esse cenário contribuiu para o aprofundamento das desigualdades e da crise social no meio rural.

De acordo com Peixoto (2008), o SIBRATER (Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural) desempenhou um papel ativo nas políticas de transição,

ou seja, na passagem de uma produção baseada na exportação para uma produção industrial. Esse modelo de desenvolvimento rural, cuja base está na difusão de pacotes tecnológicos, insumos industrializados e uso de equipamentos, é assegurado por um conjunto de políticas públicas, tais como: crédito rural, preços baixos, seguro agrícola, pesquisa agrícola e extensão rural. Tais políticas visavam beneficiar a produção latifundiária e a pecuária empresarial.

Conforme Fonseca (1985), anteriormente as Associações Brasileiras de Crédito e Assistência Rural (ABCAR) eram financiadas pelos governos estaduais e por iniciativas privadas, além de acordos e financiamentos internacionais. No entanto, com a criação das empresas estatais de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), o financiamento passou a ser realizado majoritariamente pelo Governo Federal, dando continuidade à execução dessa política pública. Essa transição no modelo de financiamento das atividades de extensão rural refletia uma maior centralização e controle federal sobre essa política, em detrimento das fontes de financiamento diversificadas que existiam anteriormente.

A extinção da ABCAR em 1974 foi resultado de uma série de fatores políticos, que evidenciavam as novas correlações de forças entre as frações da classe dominante agroindustrial. Esse processo refletia a consolidação de um modelo de “modernização” da agricultura. Nesse período, observou-se uma grande concentração fundiária em favor de um grupo privilegiado de agricultores. Essa concentração de terras nas mãos de poucos proprietários rurais lhes permitiu obter créditos financeiros, utilizando as grandes extensões de terra como garantia dos empréstimos.

Dessa forma, a extinção da ABCAR representou a ascensão dos interesses agroindustriais e a consolidação de um padrão de desenvolvimento agrícola baseado na concentração de terras e no acesso privilegiado ao crédito por parte dos grandes proprietários rurais. Nesse sentido Aguiar (1986) destaca que,

A modernização agrícola é um processo e uma ideologia. Como processo, a modernização traduz a inserção da agricultura brasileira na economia mundial constituída. Como ideologia, a modernização reflete o conteúdo político das formas de intervenção estatal na agricultura. O Estado põe-se, de fato, na origem do impulso da modernização, através do seguinte tripé: sistema nacional de pesquisa agropecuária, sistema brasileiro de assistência técnica e extensão rural e sistema nacional de crédito rural. Esses três instrumentos caracterizam o chamado pacote tecnológico que constitui o vetor do processo de modernização (AGUIAR, 1986, p.123).

O processo de modernização facilitou o acesso ao crédito para os grandes

proprietários de terras. Ao obterem financiamento, esses proprietários se comprometiam a utilizar tecnologias e insumos industrializados em suas propriedades. Esse procedimento simplificava as transações bancárias, que seguiam as normas do Sistema Nacional de Crédito Rural (MCR). O crédito era concedido mediante a apresentação de um projeto técnico, elaborado pela assistência técnica, que também acompanhava o produtor rural durante a execução do projeto.

Com o início da crise econômica da década de 1980, o modelo difusionista produtivista adotado como modelo de extensão rural passou a enfrentar os impactos da crise. Diante desse cenário, surgiu a necessidade de se repensar a Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), de modo a abranger de forma sistêmica o desenvolvimento econômico. Nesse contexto, buscaram-se metodologias alternativas, com ênfase na agroecologia e na superação dos problemas associados ao produtivismo (PEIXOTO, 2008).

Conforme aponta Cruz (2020), em meio às mobilizações sociais no campo que foram reprimidas pelo regime militar durante a década de 1960, como as Ligas Camponesas, observa-se o ressurgimento desses movimentos nos anos 1970, impulsionado pela agudização da crise no campo. Nesse contexto, o sindicalismo rural dos trabalhadores, associado aos movimentos de trabalhadores rurais sem terra, passou a delinear sistemas e metodologias alternativas de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), vinculadas a modelos sistêmicos de desenvolvimento econômico.

De acordo com a análise de Cruz (2020), nesse período emerge um movimento dentro do setor agrícola como forma de protestar contra as metodologias tecnicistas e difusionistas predominantes. Esse movimento propunha uma nova forma de pensar o modelo de desenvolvimento econômico, buscando alternativas aos enfoques tradicionais.

Os processos de resistência as metodologias tecnicistas e difusionistas geram uma nova metologia, um novo movimento dentro da agricultura, conhecido como movimento da agricultura alternativa, com variações a partir de suas metodologias. Desse modo, encontramos como parte do enfrentamento ao modelo tecnológico modernizador a agricultura orgânica, natural, biológica, biodinâmica e agrossistêmica. As transformações propostas por esses modelos alternativos, associadas a uma proposta metodológica freireana foram fortemente combatidas pelo aparelho público de Estado, como também pelo meio empresarial e acadêmico, ensimesmados no processo de tecnologização e modernização do campo. (CRUZ, 2020, p.50-51).

A citação acima destaca que os modelos alternativos de agricultura, como a orgânica, natural e biodinâmica, foram fortemente combatidos pelo Estado e pelo meio empresarial e acadêmico, que estavam imersos no processo de modernização do campo. Isso demonstra a resistência encontrada por esses movimentos alternativos frente ao modelo tecnológico dominante. Essa passagem evidencia o conflito entre as propostas de transformação da agricultura e os interesses do Estado e do setor produtivo, que buscavam manter o status quo da modernização tecnológica do campo.

No contexto da reestruturação produtiva de cunho neoliberal, em 1988 o governo federal promoveu a extinção da EMBRATER – Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural. Paradoxalmente, essa empresa foi reinstituída no mesmo ano em que havia sido extinta, em 1990. Essa dupla extinção e reinstituição evidenciou que o governo federal não mais pretendia se ocupar dos serviços de assistência técnica e extensão rural (ATER), deixando essa responsabilidade a cargo dos governos estaduais e municipais (LUSA, 2013).

2.4 A nova face da extensão rural brasileira: desenvolvimento e inovação após a constituição 1988.

A Constituição Federal de 1988 representou um marco importante para a extensão rural brasileira. Diante das transformações sociais e culturais em curso, bem como da insuficiência das políticas de assistência técnica e extensão rural vigentes até então, a Carta Magna estabeleceu, em seu artigo 187, inciso IV, a obrigatoriedade de “assistência técnica e extensão rural” como parte integrante da política agrícola nacional.

[...] política agrícola será planejada e executada na forma da lei, com a participação efetiva do setor de produção, envolvendo produtores e trabalhadores rurais, bem como dos setores de comercialização, de armazenamento e de transportes, levando em conta, especialmente [...] IV a assistência técnica e extensão rural. (CF, 1998).

Apesar de a Constituição Federal de 1988 ter estabelecido a obrigatoriedade da assistência técnica e extensão rural (ATER) como parte integrante da política agrícola nacional, não foi possível, de imediato, regulamentar essa diretriz em políticas públicas de desenvolvimento rural. Em 1989, o então Presidente José Sarney, por meio do Decreto nº 97.455, de 15 de janeiro, extinguiu a Empresa Brasileira de

Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER), e outras empresas estatais. Essa decisão ficou conhecida como “Operação Desmonte” e foi tomada após forte pressão de setores da agricultura, especialmente dos grandes latifundiários.

Na década de 1990, com a chegada do neoliberalismo no Brasil, a extensão rural passou a sofrer severos cortes orçamentários em todo o país. Essa conjuntura levou à efetiva extinção da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER), que foi definitivamente encerrada pelo Decreto nº 99.192, de 15 de março de 1990, já no primeiro dia do governo de Fernando Collor. Essa medida fez parte de um conjunto mais amplo de ações de desmonte de empresas estatais. Como resultado, poucos estados conseguiram manter suas próprias instituições de extensão rural em funcionamento, o que acentuou o escamoteamento e a desigualdade no campo.

Em resposta à extinção da EMBRATER pelo Decreto nº 99.192, de 1990, as instituições estaduais de assistência técnica e extensão rural (ATER) se organizaram e criaram a Associação das Entidades Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural (ASBRAER), em 21 de março daquele mesmo ano. Essa iniciativa representou uma reação dos estados à decisão do governo federal de dismantelar a estrutura nacional de extensão rural, buscando articular e fortalecer as ações das instituições estaduais nessa área.

Sem o poder mobilizatório e de pressão do momento anterior, o amplo grupo vinculado as ações de ATER criou em 1990 a Associação Brasileira das Entidades Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural (ASBRAER), como resposta a ausência de políticas e recursos para o setor. Os estados por sua vez tentaram se reorganizar ora mantendo a EMATER, ora criando uma estrutura nova de extensão rural. As organizações não governamentais que prestavam serviços de ATER nos estados passaram a depender ainda mais dos poderes públicos estaduais. (CRUZ, 2020, p. 52)

Após sua criação em 1990, a ASBRAER veio a desempenhar um papel cada vez mais atuante nas articulações em torno dos serviços de assistência técnica e extensão rural (ATER) nos anos subsequentes. Isso se deveu ao fato de que, com a extinção da EMBRATER, todo o sistema nacional de ATER ficou profundamente desestruturado. Essa situação provocou diversas consequências negativas, como a extinção de instituições estaduais, mudanças de regime jurídico e o sucateamento das entidades executoras dos serviços de ATER em todo o país.

De acordo com Peixoto (2008), ainda no ano de 1990, foi promulgado um

decreto que dispôs sobre a reorganização e o funcionamento dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios. Nesse contexto, foi criado o Ministério da Agricultura e Reforma Agrária (MARA), porém sem lhe atribuir as responsabilidades relativas à assistência técnica e extensão rural. Essa decisão reafirmou a adoção de um modelo neoliberal e de privatização do sistema de ATER, transferindo tais atribuições para os âmbitos municipal e estadual.

Pouco mais de um mês após a extinção da EMBRATER, o governo federal recuou da decisão, reconhecendo a ausência de propostas que atendessem adequadamente o projeto de desenvolvimento rural nacional. Assim, por meio do Decreto nº 99.616, de 17 de outubro de 1990, o governo transferiu as atribuições e o acervo técnico-patrimonial da EMBRATER, então em processo de liquidação, para outra instituição.

- I – Coordenação das atividades de Assistência Técnica e Extensão Rural em áreas de Reforma Agrária, para a Secretaria Nacional da Reforma Agrária – SNRA, do Ministério da Agricultura e Reforma Agrária;
- II – Coordenação do Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural, para a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária EMBRAPA, vinculada ao Ministério da Agricultura e Reforma Agrária.

De acordo com Peixoto (2008), o Decreto nº 99.616, de 1990, aprovou uma nova estrutura regimental para o Ministério da Agricultura e Reforma Agrária (MARA). Essa medida restabeleceu as atribuições de assistência técnica e extensão rural, transferindo-as para as estruturas da Secretaria Nacional da Reforma Agrária (SNRA) e da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA). Dessa forma, o governo federal buscou recompor a capacidade institucional para lidar com as questões de desenvolvimento rural, após o equívoco inicial de extinguir a EMBRATER.

Segundo Cruz (2020), o modelo de assistência técnica adotado no contexto neoliberal representou um indicativo do desmonte da estrutura pública de ATER, mesmo que a estrutura normativa tenha sido mantida. Ou seja, apesar de haver um arcabouço legal e institucional para regular a extensão rural, na prática, observou-se um processo de desmantelamento da capacidade operacional e de prestação desses serviços pelo setor público.

Seis anos após a extinção da EMBRATER, o Instituto Nacional de Colonização

e Reforma Agrária (INCRA) ⁴retomou, ainda que de forma breve, as atividades de extensão rural por meio do Projeto Lumiar⁵. Esse projeto tinha como público-alvo específico os assentados da reforma agrária, com o objetivo de levar "inovações" para os assentamentos. No entanto, o Projeto Lumiar não atendia de forma eficaz as demandas das famílias do campo, pois sua abrangência era fragmentada, não contemplando a totalidade dos trabalhadores rurais.

Foi durante o governo Lula, nos anos 2000, que se iniciou a construção de uma nova política de extensão rural, capaz de contemplar um público mais amplo e defender de forma mais efetiva os interesses dos agricultores. Essa iniciativa buscava superar as limitações e a fragmentação observadas em projetos anteriores, como o Projeto Lumiar do INCRA, que não conseguia atender de maneira abrangente as demandas dos trabalhadores rurais.

Ainda durante a década de 1990, importantes movimentos sociais do campo, como o Movimento dos Sem-Terra e o movimento sindical de trabalhadores rurais (organizado na Confederação Nacional de Trabalhadores da Agricultura – CONTAG), desempenharam um papel fundamental na consolidação e difusão da expressão “agricultura familiar” no Brasil. Essa iniciativa representou um marco na valorização e no reconhecimento desse segmento como um ator central no desenvolvimento rural do país, embora a categoria em si já existisse previamente.

O conceito de agricultura familiar influenciaria as políticas públicas no restante dos anos 90, com a intensificação das ações de Reforma Agrária e de fortalecimento dessa categoria de produtores rurais. Note-se que o conceito mostrou-se necessariamente maleável, embora uma de suas características fundamentais seja a preponderância do uso da mão de obra familiar sobre a contratada (seja em regime de parceria ou emprego) na propriedade rural. Chamamos de agricultura patronal a categoria em que a mão de obra contratada empregada na propriedade supera a de origem familiar. (PEIXOTO, 2008, p. 30)

É nesse contexto de mobilização dos movimentos sociais do campo, durante a década de 1990, que o termo “agricultura familiar” se consolida e se difunde nos

4 O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) é uma autarquia federal, cuja missão prioritária é executar a reforma agrária e realizar o ordenamento fundiário nacional. BRASIL. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). Institucional. Disponível em: http://www.incra.gov.br/institucional_abertura. Acesso em: 08 Mai. 2023.

5 O Projeto Lumiar foi uma iniciativa do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) lançada entre 1997 e 2000, com o objetivo de prestar assistência técnica aos assentamentos rurais. Essa experiência é tratada na literatura como inovadora no processo de terceirização da assistência técnica e extensão rural (ATER) nos assentamentos rurais. Cruz (2020).

diferentes setores da sociedade brasileira. Esse conceito passou a abarcar uma grande diversidade de situações, em contraposição ao modelo de “agricultura patronal”, tendo como principal ponto de diferenciação o tipo de mão de obra e de gestão empregadas. Essa polarização entre agricultura familiar e agricultura patronal tornou-se um elemento central no debate sobre o desenvolvimento rural no país.

Em 2003, durante o governo do presidente Lula, o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) assumiu a responsabilidade pela política de assistência técnica e extensão rural (ATER) no país. Essa mudança permitiu o relançamento da ATER como uma política pública de caráter nacional, com a instituição da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), em 2004. Dessa forma, a ATER passou a ter um papel mais estruturado e abrangente no âmbito das políticas públicas voltadas para o desenvolvimento rural.

A nova política de ATER foi considerada mais participativa e democrática, propiciando a elaboração do Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PRONATER). Esse momento representou um marco importante para o meio rural brasileiro, pois institucionalizou a ATER como uma política pública específica, com um caráter único para todo o país. Ao mesmo tempo, a política resguardava as especificidades regionais e fundamentava a atuação dos agentes de ATER em diretrizes nacionais (LUSA, 2013). Dessa forma, a ATER passou a ter uma abordagem mais abrangente e integrada, alinhada com as necessidades e particularidades do desenvolvimento rural em âmbito nacional.

A construção da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) envolveu a junção de esforços entre o governo federal e representantes das entidades rurais. Aprovada em 2004, a PNATER incorporou elementos do Projeto Lumiar, ampliando o público-alvo da assistência técnica e extensão rural para além da questão produtiva. Essa nova abordagem passou a abranger também as questões de gênero, étnico-raciais, econômicas, sociais e ambientais. Dessa forma, a PNATER buscou romper com o modelo tradicional de extensão rural, trazendo uma proposta mais abrangente e alinhada com as diversas demandas do meio rural brasileiro.

Apesar das contradições na luta da classe trabalhadora e do avanço do neoliberalismo, que tende a atender aos interesses da classe burguesa, o novo modelo de extensão rural ampliou seu público-alvo. Essa nova abordagem passou a atender também demandas de grupos que haviam sido marginalizados pela extensão rural tradicional, como ribeirinhos, povos tradicionais, indígenas, quilombolas,

agricultores familiares, extrativistas e pescadores. Dessa forma, a extensão rural buscou se alinhar de maneira mais efetiva às diversas realidades e necessidades do meio rural brasileiro.

A Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) trouxe uma abordagem inovadora ao propor a construção de um sistema nacional descentralizado de ATER. Essa nova estrutura concedeu a participação tanto de entidades estatais quanto de entidades não estatais na execução da política. Isso criou a possibilidade de a assistência técnica e extensão rural serem prestadas por diversos profissionais de diferentes áreas do conhecimento, e não apenas pelos agentes estatais tradicionais.

Um dos marcos importantes da ATER no Brasil foi a recriação, em nível institucional, do Sistema Nacional Descentralizado de Assistência Técnica e Extensão Rural Pública. Essa medida refletiu a perspectiva de maior participação e diversificação dos atores envolvidos na implementação da política de ATER.

De acordo com Cruz (2020), para fazer parte desse Sistema Nacional Descentralizado de Assistência Técnica e Extensão Rural (SINDATER), são estabelecidos os seguintes critérios:

- a) Instituições públicas estatais de ATER (municipais, estaduais e federais);
 - b) Empresas de ATER vinculadas ou conveniadas com o setor público;
 - c) Serviços de Extensão pesqueira;
 - d) Organizações não-governamentais que atuam em ATER;
 - e) Cooperativas de técnicos e de agricultores que executam atividades de ATER;
 - f) Estabelecimentos de ensino que executam atividades de ATER em sua área geoeducacional;
 - g) Casas Familiares Rurais (CFR), Escolas Família Agrícola (EFA) e outras entidades que atuem com a pedagogia da alternância e executem atividades de ATER;
 - h) Redes e consórcios que tenham atividades de ATER;
 - i) Outras entidades que atuem dentro dos princípios e diretrizes desta Política.
- (ibid, p. 59)

A Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), lançada em 2004, definiu as diretrizes para a elaboração do Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PRONATER). Essa nova política buscou romper com o modelo difusionista e as práticas tecnicistas predominantes anteriormente na extensão rural.

As orientações da PNATER para a agricultura são baseadas na ecologia, priorizando o uso racional dos recursos naturais e a preservação ambiental

(CAPORAL, 2009). Dessa forma, a política procurou adotar uma abordagem mais alinhada com os princípios do desenvolvimento rural sustentável, em contraposição ao modelo convencional de extensão rural.

A Lei nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010, conhecida como a Lei de ATER, estabeleceu a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) e seus compromissos. A PNATER está alinhada com a política de desenvolvimento rural e o fortalecimento da agricultura familiar, respondendo a demandas vindas de movimentos sociais e estabelecendo um compromisso de apoio e renovação do formato institucional da atuação governamental.

A referida lei, em seu artigo 3º, elenca os princípios que nortearão a PNATER, a saber:

- I. Desenvolvimento rural sustentável, compatível com a utilização adequada dos recursos naturais e com a preservação do meio ambiente;
- I. Gratuidade, qualidade e acessibilidade aos serviços de assistência técnica e extensão rural;
- I. Adoção de metodologia participativa, com enfoque multidisciplinar, interdisciplinar e intercultural, buscando a construção da cidadania e a democratização da gestão da política pública;
- I. Adoção dos princípios da agricultura de base ecológica como enfoque preferencial para o desenvolvimento de sistemas de produção sustentáveis;
- I. Equidade nas relações de gênero, geração, raça e etnia; e
- I. Contribuição para a segurança e soberania alimentar e nutricional (BRASIL, 2010).

A Lei de ATER trouxe importantes mudanças para o extensionismo rural no país, tendo como um dos princípios fundamentais o fomento ao desenvolvimento rural sustentável. Nesse sentido, a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) elenca diversos princípios norteadores, como a transição para uma base ecológica de produção, a promoção da segurança alimentar, a gratuidade e acessibilidade dos serviços de ATER, a adoção de metodologias participativas, e a equidade nas relações de gênero, geração, raça e etnia. Essa abordagem busca transformar o modelo tradicional de extensão rural, alinhando-o com os preceitos do desenvolvimento rural sustentável.

Além disso, a PNATER também busca promover a inovação e o uso de tecnologias sustentáveis no meio rural, a fim de aumentar a eficiência e a produtividade dos agricultores. Outro ponto importante é a ênfase na gestão dos recursos naturais, como a água e o solo, de forma a garantir a preservação do meio ambiente e a sustentabilidade a longo prazo.

Nesse contexto, a política prevê o desenvolvimento de ações de capacitação e iniciativas educacionais voltadas aos agricultores, com o objetivo de aprimorar seus conhecimentos e habilidades em relação às práticas sustentáveis e à gestão dos recursos naturais. Essa abordagem pode contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos agricultores e de suas famílias, além de promover o desenvolvimento econômico e social do meio rural.

Embora a Lei de ATER tenha trazido importantes mudanças para o extensionismo rural, a sua operacionalização ainda enfrenta diversas dificuldades. Houve processos contrários e questionáveis que dificultaram a implementação efetiva das novas diretrizes.

Além disso, as instituições envolvidas tiveram que se adaptar às regras e mudanças impostas pela lei, reformulando seus objetivos, metas, missões organizacionais e até mesmo a qualificação do seu quadro profissional (DIAS, 2007; PAIVA, 2012).

Apesar desses desafios, a Lei 12.118/10, em seu artigo 4º, estabelece os objetivos da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), os quais serão detalhados a seguir.

- I. Promover o desenvolvimento rural sustentável;
- I. Apoiar iniciativas econômicas que promovam as potencialidades e vocações regionais e locais;
- I. Aumentar a produção, a qualidade e a produtividade das atividades e serviços agropecuários e não agropecuários, inclusive agroextrativistas, florestais e artesanais;
- I. Promover a melhoria da qualidade de vida de seus beneficiários;
- I. Assessorar as diversas fases das atividades econômicas, a gestão de negócios, sua organização, a produção, inserção no mercado e abastecimento, observando as peculiaridades das diferentes cadeias produtivas;
- I. Desenvolver ações voltadas ao uso, manejo, proteção, conservação e recuperação dos recursos naturais, dos agroecossistemas e da biodiversidade;
- I. Construir sistemas de produção sustentáveis a partir do conhecimento científico, empírico e tradicional;
- I. Aumentar a renda do público beneficiário e agregar valor a sua produção;
- I. Apoiar o associativismo e o cooperativismo, bem como a formação de agentes de assistência técnica e extensão rural;
- I. Promover o desenvolvimento e a apropriação de inovações tecnológicas e organizativas adequadas ao público beneficiário e a integração deste ao mercado produtivo nacional;
- I. Promover a integração da Ater com a pesquisa, aproximando a produção agrícola e o meio rural do conhecimento científico; e
- I. Contribuir para a expansão do aprendizado e da qualificação profissional e diversificada, apropriada e contextualizada à realidade do meio rural brasileiro. (BRASIL, 2010).

A Lei passou a ter como objetivos centrais o apoio ao agricultor familiar, aos assentados da reforma agrária, aos povos indígenas, aos remanescentes de quilombolas e demais povos e comunidades tradicionais. Essa abordagem respeita as potencialidades locais, a qualidade e a gestão da produção, a renda e o bem-estar, atenta à preservação dos agroecossistemas. Além disso, promove a troca de conhecimentos científicos e tradicionais com a população do campo, tendo o extensionista rural como mediador desses saberes (PAIVA, 2012).

A Lei de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) possibilitará o acesso a outras Políticas Públicas e serviços, trazendo mudanças no cenário do desenvolvimento rural. Essa reformulação reforça a ideia de equidade social e ambiental no meio rural. A ATER é vista como uma política de intervenção, seja pública ou privada, que se propõe a utilizar metodologias participativas e democráticas, com instrumentos adequados que respeitem os conhecimentos e saberes das comunidades rurais (CRUZ, 2020).

Os agentes de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), também conhecidos como extensionistas rurais, desempenham um papel fundamental na promoção do desenvolvimento rural sustentável. Eles trabalham em estreita colaboração com as famílias agricultoras, utilizando uma abordagem baseada no diálogo e na troca de informações e conhecimentos. Para serem eficazes, os extensionistas devem ter uma compreensão profunda da realidade em que vivem as famílias rurais, incluindo suas necessidades, desejos e valores.

Somente assim, é possível identificar oportunidades para intervenções que promovam a melhoria da qualidade de vida das pessoas, mediante a adoção de práticas agrícolas mais sustentáveis e a exploração de novas formas de interação com a natureza e a produção.

Além disso, os extensionistas também devem ser capazes de promover a autonomia e o empoderamento das famílias rurais, permitindo que elas tomem decisões informadas sobre sua própria vida e produção.

3 AS ORIGENS DO SERVIÇO SOCIAL NA EXTENSÃO RURAL BRASILEIRA E SUA DIMENSÃO SOCIAL: EXPLORANDO AS PRIMEIRAS APROXIMAÇÕES

“Mas já que se há de escrever, que ao menos não se esmaguem com
palavras as entrelinhas.”
Clarice Lispector

A trajetória do Serviço Social na Extensão Rural brasileira é marcada por uma complexidade de nuances e significados que não podem ser reduzidos a uma narrativa linear e simplista. Compreender essa relação requer um olhar atento às entrelinhas, aos sentidos implícitos e às transformações históricas que permearam esse campo de atuação.

Neste capítulo, buscaremos explorar as origens do Serviço Social na Extensão Rural, desvelando as dimensões sociais, políticas e ideológicas que marcaram essa aproximação. Conforme sugere a citação de Clarice Lispector, ao escrevermos sobre esse tema, devemos ter o cuidado de não esmagar com palavras as entrelinhas, ou seja, os significados que se escondem por trás dos fatos e das narrativas oficiais.

Essa perspectiva nos convida a uma leitura sensível e contextualizada, que considere as diferentes fases pelas quais a Extensão Rural passou ao longo do tempo e a forma como o Serviço Social se inseriu e adaptou suas abordagens e estratégias de intervenção nesse campo. Desde as primeiras aproximações na década de 1940, marcadas pela preocupação com a saúde e o bem-estar das famílias rurais, até as recentes abordagens voltadas para a sustentabilidade e a agroecologia, a atuação do Serviço Social na Extensão Rural reflete as transformações sociais, políticas e econômicas que permearam o desenvolvimento rural brasileiro.

Ao explorarmos essas entrelinhas, poderemos compreender melhor a complexidade e a ambiguidade do papel do profissional de Serviço Social nesse contexto, bem como as implicações dessa relação para a profissão e para as comunidades rurais. Essa análise nos permitirá refletir sobre os desafios e as possibilidades de uma atuação do Serviço Social mais comprometida com a transformação social e a emancipação das populações rurais.

3.1 As Fases da Extensão Rural e suas Influências sobre o Serviço Social

A extensão rural teve seu desdobramento mundialmente de formas diversas e

distintas. Embora ações extensionistas estejam registradas na história da Antiguidade, contemporaneamente o termo teve origem na extensão praticada pelas universidades inglesas a partir do século XX. Neste período foi criado o serviço cooperativo de extensão rural dos Estados Unidos, se estruturando com a participação de universidades americanas como a Land-Grant Colleges, sendo a primeira da história a se institucionalizada de extensão rural com o objetivo de superar as dificuldades econômicas enfrentadas com a crise de 1929 como prática intervencionista do Estado na agricultura. (CRUZ 2020).

Diferente das Land-Grant Colleges dos Estados Unidos, muitas universidades rurais dos países em desenvolvimento eram frágeis e sem condições de manterem suas pesquisas, e devido a isso, muitos serviços de extensão rural começaram suas atividades ligadas aos ministérios da agricultura, e muito distante da pesquisa agrícola.

A inovação e difusão tecnológica entre os produtores agropecuários, oferta de linhas de crédito específicas para o financiamento da atividade, investimento em infraestrutura de transporte, inovações logísticas e nas formas de comercialização, entre outros, constituíram fatores nesse amplo processo. Essa difusão tecnológica é realizada por instituições públicas e privadas com o objetivo de prestar assessoria técnica e extensão rural. Esse processo de difusão tecnológica ficou conhecido como Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), onde as atividades desenvolvidas constitui um elo entre as instituições e empresas que são geradoras de novas tecnologias e capacita dos agricultores.

No Brasil, as discussões acerca do modelo de atenção a produção agrícola também foram pontuadas neste mesmo século. Neste período pode-se notar que a extensão rural apresentava diferentes configurações, enquanto política específica de atenção rural, suas práticas ainda eram bastante rudimentares, porém já exercia uma atuação em relação ao acompanhamento da agricultura (LUSA, 2013).

Podemos destacar dois elementos que foram fundamentais para caracterizar a extensão rural no Brasil. O Primeiro elemento buscava uma aproximação dos Estados Unidos com o Governo Brasileiro com o interesses de mercado e segundo que ela estava pautada em uma dicotomia entre atrasado versus moderno prevalente à época, que imputava ao campo um papel decisivo no projeto de desenvolvimento econômico no país.

No final da década de 1940, a Extensão Rural surge como um desdobramento

da Missão Rockefeller que, tratavam sobre a necessidade do aumento da produção agrícola brasileira, ou seja, a urgência em modernizar a agricultura do país (MASSALLI, 1998). E é nesse momento que o Estado brasileiro passa a investir na modernização da agricultura para promover o desenvolvimento industrial, por meio de parcerias público-privado entre o Governo Brasileiro e a American International Association for Economical and Social Development, ou Associação Internacional Americana (AIA).

Essa aproximação entre o Governo Brasileiro e a Associação Internacional Americana (AIA) nos remete ao contexto político do pós-Segunda Guerra, onde os EUA com a intenção de garantir a reprodução do capitalismo monopolista de proporções mundias, consolidado em sua fase imperialista estadunidense desde o fim do conflito mundial e controlar o avanço do bloco comunista, com os países periféricos onde a adesão eram mais suscetíveis (OLIVEIRA, 2013), ou seja, o cenário econômico e político internacional passou por transformações significativas, marcadas pela ascensão da hegemonia norte-americana e pela bipolarização ideológica entre capitalistas e socialistas criaram um contexto para a abordagem da questão social nos países latino-americanos.

A década de 1940 marcou o início da consolidação da influência americana no Serviço Social no Brasil. Nesse período, o Serviço Social entrou em uma nova fase, influenciada por novas perspectivas sobre o desenvolvimento econômico e social. A teoria da modernização ganhou destaque, defendendo que os países subdesenvolvidos poderiam alcançar o desenvolvimento econômico e social, através da adoção de políticas e práticas de países desenvolvidos. Essa abordagem foi influenciada pela teoria da dependência, que defendia que os países subdesenvolvidos precisavam romper com essa dependência para alcançar o desenvolvimento.

Segundo Souza (2004), promover a independência não implica necessariamente romper laços, mas sim redefinir as estratégias de relacionamento entre os países centrais e periféricos. A ambição capitalista das grandes potências de exercer controle sobre esses países que buscam construir um futuro sob novas bases desperta a atenção e a preocupação das nações desenvolvidas. Nesse período, ocorreram debates simultâneos sobre o subdesenvolvimento e o desenvolvimento no Brasil e na América Latina, refletindo um momento de efervescência teórica e política em torno dessas questões.

A busca pela independência e por novos modelos de desenvolvimento não significa, necessariamente, o rompimento total com os países centrais, mas sim a redefinição das relações de poder e influência, gerando tensões e debates importantes no contexto latino-americano.

No contexto latino-americano, a abordagem da questão social foi influenciada pela ideia de que os países da região precisavam superar o subdesenvolvimento através da industrialização e da modernização. Isso levou a uma ênfase na criação de políticas sociais que visavam promover o desenvolvimento econômico e social, como a educação, a saúde e a habitação.

A lógica era de que o desenvolvimento econômico e social, alcançado por meio da industrialização e modernização, seria a chave para resolver os problemas sociais enfrentados pelos países latino-americanos. As políticas sociais eram vistas como instrumentos para atingir esse objetivo maior de desenvolvimento.

O Serviço Social, nesse contexto, passou a ser visto como um instrumento para promover o desenvolvimento social e econômico, em vez de apenas fornecer assistência aos pobres. Os profissionais de Serviço Social começaram a trabalhar em estreita colaboração com outros profissionais, como economistas e planejadores, para desenvolver políticas e programas que visavam promover o desenvolvimento.

De acordo com Guilherme (2012), as novas perspectivas eram caracterizadas pela expressão “Desenvolvimento de Comunidade”, que visava apoiar os países em sua busca pela independência. Nesse contexto, a iniciativa britânica, por meio do Desenvolvimento de Comunidade, objetivava melhorar a qualidade de vida da população local, incentivando a participação e a iniciativa comunitária, seja de forma espontânea ou por meio da aplicação de técnicas específicas. Dessa forma, o Desenvolvimento de Comunidade se estabeleceu como uma estratégia fundamental de ação de um país em relação a outros.

Apesar dessa abordagem, alguns a criticaram por não considerar as particularidades culturais e históricas dos países latino-americanos. Além disso, o foco na modernização e no desenvolvimento econômico resultou na marginalização de questões sociais e políticas, como a desigualdade e a injustiça social. Segundo Ammann (2003), uma análise sociológica consistente sobre a origem do Desenvolvimento de Comunidade requer revisitar as condições históricas globais e examinar as mediações inseridas no jogo de interesses internacionais e seus impactos no Brasil.

A influência norte-americana na profissão se intensificou por meio de intercâmbios acadêmicos e bolsas de estudos ligadas à Política da Boa Vizinhança dos EUA na década de 1940. Além disso, a criação da Organização das Nações Unidas (ONU) desempenhou um papel fundamental na disseminação do Desenvolvimento de Comunidade como uma estratégia para integrar a população aos planos de desenvolvimento regional e nacional (ANDRADE, 2008, p. 284).

O Serviço Social se encontrava em uma inquietude, buscando respostas para suprir suas formas de atuação profissional. Nesse contexto, a ideia é sistematizar e disseminar um modelo de Desenvolvimento de Comunidade que promova a integração entre as ações da população e os planos de desenvolvimento econômico e social em nível regional e nacional. Nesse sentido, Silva (2008) afirma que,

O Serviço Social, necessitava para sua institucionalização assimilar essas 'novas tecnologias' que permaneceram (e ainda permanecem) na formação e práticas dos/das assistentes sociais, norteadas pelo estrutural/funcionalismo e o positivismo da sociologia norte-americana, tendo em vista sua predominância cultural nas Ciências Sociais. (SILVA, 2008, p. 98)

A autora revela que o Serviço Social, em busca de sua institucionalização, precisava assimilar “novas tecnologias” que, posteriormente, se consolidaram na formação e práticas dos assistentes sociais. Essas “novas tecnologias” foram norteadas pelo estrutural/funcionalismo e o positivismo da sociologia norte-americana, devido à predominância cultural dessa abordagem nas Ciências Sociais. Ou seja, o Serviço Social buscou se alinhar a uma perspectiva teórica e metodológica dominante, proveniente do contexto sociológico estadunidense, como forma de se modernizar e legitimar sua atuação profissional, mesmo que tais “novas tecnologias” tenham permanecido (e ainda permaneçam) presentes na profissão.

Neste contexto histórico no Brasil, o Serviço Social buscou afirmar-se como uma prática de cunho humanitário, legitimada pelo Estado e pela proteção da Igreja. Esse período coincidiu com dois grandes momentos políticos: a Segunda Guerra Mundial e, no Brasil, o chamado Estado Novo. Nesse contexto, a atuação do Serviço Social voltou-se para o assistencialismo e a caridade, como destaca Iamamoto (1992).

Se o Serviço Social surge no seio do movimento católico, o processo de profissionalização e legitimação da profissão encontra-se estreitamente articulado à expressão das grandes instituições socioassistenciais estatais, paraestatais e autárquicas, que surgem especialmente na década de 40. A criação dessas grandes instituições tem como pano de fundo um período

marcado pelo aprofundamento do modelo corporativista de Estado e por uma política econômica favorecedora da industrialização. (IAMAMOTO, 1992, p.31-32).

Essa expansão institucional ocorreu em um período marcado pelo aprofundamento do modelo corporativista de Estado e por uma política econômica favorável à industrialização. Nesse cenário, o Serviço Social foi chamado a atuar não apenas no âmbito da assistência social, mas também em outras áreas, como a extensão rural.

A atuação do Serviço Social na extensão rural, por exemplo, buscava promover o desenvolvimento socioeconômico das populações rurais, articulando ações de caráter assistencial, educativo e organizativo. Essa inserção do Serviço Social na extensão rural refletia sua vinculação com as grandes instituições estatais e sua função de legitimação do modelo de desenvolvimento econômico em curso no país.

De acordo com a autora Ammann (2003), as propostas de Desenvolvimento de Comunidade (DC) nos Estados Unidos tinham como objetivo principal conter o avanço do comunismo, baseando-se na ideia de que as populações pobres eram mais suscetíveis a essa ideologia. Portanto, o DC foi uma estratégia importante para promover a prosperidade capitalista e a dominação burguesa americana em regiões subdesenvolvidas.

Nesse contexto, o Desenvolvimento de Comunidades esteve intimamente ligado às Missões Rurais, amplamente incentivadas por parcerias entre o governo brasileiro, a Igreja Católica e instituições estadunidenses. Durante certo período, o Serviço Social, a partir da década de 1960, adotou o método de Desenvolvimento e Organização de Comunidades/Desenvolvimento de Comunidades, aproximando-se da realidade rural e atendendo às demandas governamentais. No entanto, essas técnicas tendiam a tratar os problemas comunitários de forma localizada, desvinculando-os das relações sociais e do modo de produção capitalista (AMMANN, 2003).

Conforme destacado por Guilherme (2012), o trabalho comunitário no Brasil possui uma longa história, remontando à década de 1940, quando começou a ser desenvolvido como um processo técnico metodológico. Um marco importante nesse sentido foi o II Congresso Pan-Americano, realizado no Rio de Janeiro em 1949, que enfatizou a importância da psicologia e da técnica no Serviço Social de Casos, apresentado como um método eficaz para lidar com situações de “desajustamento”

do indivíduo em relação à coletividade. Dessa forma, pode-se inferir que o trabalho comunitário no Brasil foi influenciado por abordagens técnicas e psicológicas, buscando promover a integração social e o ajustamento individual à sociedade.

Ainda segundo Guilherme (2012), o modelo de Desenvolvimento de Comunidade no Brasil surgiu como resultado de uma combinação de fatores, incluindo a influência de organizações internacionais e políticas nacionais que visavam promover a expansão do capitalismo e a modernização do meio rural. Nesse contexto, a utilização de métodos de Grupo e Comunidade é um tema de debate importante para os profissionais de Serviço Social. Além disso, a autora ressalta a necessidade de capacitar assistentes sociais para intervenções no meio rural, como também enfatizado por Iamamoto e Carvalho (2003).

A análise da autora Guilherme (2012) sobre o modelo de Desenvolvimento de Comunidade no Brasil nos permite compreender melhor as complexidades e desafios envolvidos nesse processo. Ela destaca a relevância da questão agrária e da educação de adultos no contexto do desenvolvimento rural, evidenciando a necessidade de uma abordagem mais integral e inclusiva para promover o desenvolvimento sustentável e equitativo no país. Dessa forma, a autora nos leva a refletir sobre a importância de considerar uma variedade de fatores na promoção do desenvolvimento comunitário, indo além de uma visão simplista ou unidimensional.

Durante as décadas de 1950 e 1960, a questão agrária no Brasil era marcada por tensões e conflitos sociais, tornando urgente a necessidade de uma reforma agrária de base, conforme explica Souza (2004). Nesse contexto, a política de extensão rural foi pensada sob a perspectiva desenvolvimentista em expansão. Os idealizadores da agência de ATER (Assistência Técnica e Extensão Rural) buscavam demonstrar ao Estado e à sociedade a necessidade de uma iniciativa para explicar a falta de desenvolvimento de um determinado grupo, os agricultores, que correspondiam à grande maioria da população do país (LUSA, 2013).

Essa abordagem desenvolvimentista da política de extensão rural refletia a complexa interação entre os fatores políticos, econômicos e sociais que moldavam o cenário agrário brasileiro na época. Diante das tensões e conflitos sociais relacionados à questão agrária, a extensão rural se apresentava como uma estratégia para promover o desenvolvimento desse setor, embora sua perspectiva fosse marcada pela visão desenvolvimentista predominante.

Nesse mesmo cenário, o Serviço Social Rural adotou uma abordagem mais

conservadora e tecnicista, priorizando a modernização e a eficiência em detrimento de uma abordagem mais radical e transformadora. Em vez de abordar a questão agrária de forma mais ampla, o Serviço Social Rural optou por focar a problemática rural como um problema a ser resolvido por meio da educação social do homem rural, da introdução de novas tecnologias e do desenvolvimento da sociabilidade entre os grupos que compõem as comunidades rurais.

Conforme Castro (2000) destaca, a partir do governo Kubitschek (1956-1961), a política de modernização se tornou uma prioridade, e a comunidade foi vista como um meio para disseminá-la. Nesse contexto, o desenvolvimentismo se afirmou como a proposta central do governo, com ênfase na economia em detrimento do social. Essa abordagem enfatizou a modernização e o crescimento econômico, mas pode ter negligenciado as questões sociais e as necessidades das comunidades mais vulneráveis.

Nesse período, o Serviço Social foi fortemente influenciado pelas teorias funcionalistas e pelo desenvolvimentismo, especialmente em decorrência das políticas de Desenvolvimento de Comunidade. Essa ênfase no progresso e na modernização acabou por transformar a profissão em uma ferramenta de implementação de políticas de desenvolvimento, em detrimento de sua finalidade primordial de promover a justiça social e a igualdade. Consequentemente, o Serviço Social se afastou, em certa medida, de seu objetivo de fomentar a transformação social, sendo moldado por esse contexto político e econômico predominante.

Como sugere o autor, o Desenvolvimento de Comunidade é visto como uma ferramenta para melhorar a vida das pessoas, mas de uma forma que pode ser considerada paternalista e limitada. A ideia é que o governo e as comunidades trabalhem juntos para implementar programas que elevem o padrão de vida das pessoas, mas isso implica que as comunidades precisam ser “desenvolvidas” e que o governo tem um papel ativo em definir o que é melhor para elas. Além disso, a ênfase no “capital humano” e na “existência comunitária” pode sugerir que o foco está na produtividade e no crescimento econômico, em detrimento das necessidades e desejos reais das comunidades.

A visão crítica do Desenvolvimento de Comunidade se assemelha à evolução dos modelos de extensão rural no Brasil, que historicamente adotaram abordagens como o “humanismo assistencialista” e o “difusionismo-produtivista”. Esses modelos também visavam melhorar as condições de vida das populações rurais, mas podem

ter sido implementados de forma paternalista e com foco no aumento da produtividade, em vez de atender às reais necessidades das comunidades. Tanto o Desenvolvimento de Comunidade quanto os modelos de extensão rural no Brasil compartilhavam uma abordagem que, apesar de buscar o desenvolvimento, pode ter negligenciado a autonomia e a participação efetiva das comunidades.

Ao longo da história, a extensão rural no Brasil passou por diferentes fases de desenvolvimento. A primeira fase, ocorrida entre 1948 e 1968, ficou conhecida como “humanismo assistencialista” e tinha como objetivo convencer os produtores rurais de sua condição de “não desenvolvidos”. Nessa etapa, os extensionistas buscavam demonstrar as necessidades dos agricultores e apontar os meios para suprir essa condição (LUSA, 2013). O propósito era aumentar a produtividade agrícola e melhorar o bem-estar das famílias rurais, por meio do aumento da renda e da diminuição da mão de obra necessária para a produção.

Essa abordagem inicial, marcada pelo assistencialismo e pela adaptação dos indivíduos, refletia uma visão mais conservadora e limitada do papel do assistente social na extensão rural. No entanto, ao longo do tempo, o Serviço Social buscou superar essa perspectiva e desenvolver uma atuação mais crítica e transformadora, voltada para a emancipação e o desenvolvimento das comunidades rurais. Essa evolução refletiu uma compreensão mais ampla do papel do extensionista, deixando de lado a mera transferência de tecnologias e passando a valorizar a participação ativa dos agricultores no processo de desenvolvimento.

As críticas ao modelo de “Humanismo Assistencialista” foram muitas, pois ele era visto como uma forma de “assistencialismo” que não promovia mudanças estruturais e não abordava as causas da pobreza. Esse modelo tinha um viés paternalista e não respeitava a autonomia e a dignidade das pessoas, sendo também visto como uma caridade que não tinha promoção da justiça social e da igualdade.

De acordo com Masselli (1998), a segunda fase do modelo de extensão rural foi marcada por ações dos extensionistas voltadas para o crédito agrícola. O objetivo era promover a aquisição, por parte dos produtores, de um pacote tecnológico modernizante, com uso intensivo de capital, como máquinas e insumos industrializados.

Essa fase da extensão rural refletia uma preocupação em adequar o setor agrícola aos requisitos da acumulação urbano-industrial. Isso significava que o foco estava na difusão e incorporação das inovações da indústria moderna à agricultura,

com o objetivo de modernizar e aumentar a produtividade do meio rural (Lusa, 2013). Ou seja, essa abordagem buscava alinhar as práticas agrícolas às demandas do processo de industrialização e urbanização que estava em curso.

De acordo com o autor Rodrigues (1997), o modelo de extensão rural vigente na época foi influenciado pela teoria da difusão de inovações. Essa teoria sugere que as inovações tecnológicas são adotadas gradualmente pela população, à medida que as pessoas se tornam mais conscientes de seus benefícios e têm acesso a elas. Nessa fase, o foco principal era modernizar o processo produtivo, elevando a produtividade da terra e do trabalho.

As principais características desse período foram: a ênfase no aumento da produtividade agrícola, o incentivo ao uso de tecnologias, a aliança entre a pesquisa e a produção por meio da difusão de tecnologias, e o público prioritário eram os médios e grandes proprietários. No entanto, essa estratégia foi criticada por não levar em conta as necessidades e realidades específicas dos agricultores, além de poder gerar problemas ambientais e sociais devido ao uso excessivo desses recursos.

Muitos camponeses não conseguiram se ajustar à lógica de desenvolvimento implementada e, conseqüentemente, perderam sua principal fonte de subsistência, a terra. Alguns não se adaptavam a nenhuma das alternativas apresentadas, enquanto outros que tentavam se integrar, desistiam por falta de adaptação e até mesmo de oportunidade (STÉDILE, 2009).

De acordo com Miranda (2022), esse processo se mostrou altamente excludente e trouxe uma série de desvantagens, principalmente para os camponeses. Ao se integrarem ao modelo de desenvolvimento proposto, eles passaram a padronizar e especializar sua produção, direcionando-a para os produtos com melhores preços no mercado. Além disso, sua cultura foi significativamente alterada no que diz respeito à relação com o meio ambiente e às relações sociais (vizinhança, compadrio, etc.) estabelecidas em sua trajetória.

Segundo Masselli (1998), a última fase da extensão rural ficou conhecida como “humanismo crítico”, tendo início no início da década de 1980 e se estendendo até os dias atuais. Nessa fase, surgiu no país uma nova proposta de extensão rural, que preconizava a construção de uma “consciência crítica” nos extensionistas. Essa mudança de abordagem foi influenciada pela pedagogia da libertação de Paulo Freire, que defendia a importância da participação ativa dos indivíduos no processo de aprendizado e desenvolvimento. Essa nova proposta ganhou força com o fim do

crédito agrícola subsidiado, o que exigiu uma abordagem mais participativa e crítica por parte dos extensionistas.

Nesse momento, começou-se a refletir sobre o papel social que a Extensão Rural poderia desempenhar. Já a terceira fase, entre as décadas de 1980 e 1990, foi marcada pela busca de alternativas para a execução da extensão rural, tendo como pano de fundo as determinações neoliberais de desresponsabilização do Estado quanto ao cumprimento de suas funções. Essa mudança de abordagem foi resultado da reestruturação produtiva e da saída estratégica do Estado na oferta desses serviços (LUSA, 2013). Dessa forma, a evolução da extensão rural no Brasil refletiu as transformações políticas, econômicas e sociais pelas quais o país passou, com diferentes abordagens e objetivos em cada fase.

Conforme aponta Lusa (2013), essa mudança de abordagem na extensão rural foi resultado da reestruturação produtiva e da saída estratégica do Estado na oferta desses serviços. Nesse sentido, o Estado estava se retirando dessas responsabilidades, o que representava duplamente a fragmentação de uma proposta mais ampla e geral de atenção rural, bem como a garantia do respeito aos princípios da reestruturação produtiva. Essa conjuntura exigiu a busca por alternativas na execução da extensão rural durante essa terceira fase.

No ano de 1988, o resultado da reestruturação produtiva de cunho neoliberal, com a saída estratégica do Estado, começou com a extinção da EMBRATER – Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural. Porém, em 1990, a mesma voltou a ser instituída, evidenciando que o governo federal não tinha mais a pretensão de se ocupar com os serviços de ATER, deixando-a a cargo dos governos estaduais e municipais (LUSA, 2013).

Nesse sentido, o Estado estava se retirando dessas responsabilidades, o que representava duplamente a fragmentação de uma proposta mais ampla e geral de atenção rural, e a garantia do respeito aos princípios da reestruturação produtiva. A Assistência Técnica e Extensão Rural passou a não ter vínculo com o Estado, ou seja, os órgãos do governo federal já não tinham nenhuma responsabilidade sobre a ATER, ficando a cargo das secretarias e ministérios, que as colocavam em um grau de importância inferior a outras áreas.

Na década de 1990, instalou-se no Brasil uma política de reformas estatais fundamentada na redução das funções públicas nas relações econômicas e políticas sociais. Isso resultou na transferência das responsabilidades do setor público para a

sociedade civil, com a minimização do Estado. Essa mudança alterou os padrões de proteção social, repassando a questão do Estado para a sociedade civil. Nesse contexto, Santos (2007) elucida que:

Os ajustes neoliberais, além de intervirem na reprodução dos pressupostos históricos de dominação, aumentam substantivamente a liberdade do capital: liberdade de movimento para o capital financeiro, para a desregulamentação das economias e dos direitos trabalhadores, entre outras. Assim o Estado é 'reformado' para que possa continuar funcional às necessidades da nova fase de 'acumulação flexível'. O Estado mínimo para os trabalhadores e máximo para o capital, uma vez que, malgrado sua 'redução' o Estado continua intervindo para garantir as condições mais propícias à extração da mais-valia. (SANTOS, 2007, p. 20).

Segundo a autora, os ajustes neoliberais, além de interferirem na reprodução dos pressupostos históricos de dominação, aumentam substancialmente a liberdade do capital, especialmente do capital financeiro, através da desregulamentação das economias e dos direitos trabalhistas. Dessa forma, o Estado é “reformado” para que possa continuar funcional às necessidades da nova fase de “acumulação flexível” do capital.

Nesse contexto, a contrarreforma do Estado tende a priorizar políticas e investimentos que beneficiem os interesses do agronegócio, em detrimento de ações voltadas para o fortalecimento da agricultura familiar e da extensão rural pública. Essa tendência visa atender às necessidades da “acumulação flexível” do capital, em que o Estado se reestrutura para favorecer os interesses do grande capital em detrimento de políticas de apoio à agricultura familiar e à extensão rural pública.

Ao criar um ambiente propício para a expansão do agronegócio e da agricultura empresarial em larga escala, essa reforma do Estado pode se traduzir em uma maior concentração fundiária, com a expansão de grandes propriedades em detrimento da agricultura familiar e camponesa. Essa priorização dos interesses do agronegócio pode se refletir em uma redução de recursos e apoio destinados aos serviços de assistência técnica e extensão rural, prejudicando o acesso dos pequenos e médios produtores a esses serviços essenciais.

De acordo com Massalli (1998), neste período da década de 1990, o papel da Extensão Rural no Brasil era vincular, entre os agricultores, a ideia de que a forma como produziam e viviam era atrasada e responsável pelos baixos rendimentos por eles obtidos e pela consequente dificuldade de viver do trabalho da terra. A solução seria, portanto, substituí-la por técnicas modernas, utilizando o crédito para consumir

produtos industrializados e, com isso, produzir mais e, desse modo, viver melhor (MASSALLI, 1998, p. 34).

Segundo a autora, a Extensão Rural buscava convencer os agricultores de que suas práticas e modos de vida eram “atrasados” e responsáveis pelos baixos rendimentos e dificuldades de subsistência. A solução proposta era a adoção de “técnicas modernas”, com o uso de crédito para aquisição de insumos industrializados, com o objetivo de que, com a modernização da produção, os agricultores pudessem produzir mais e, conseqüentemente, viver melhor.

Essa abordagem reflete uma visão desenvolvimentista e de modernização da agricultura, que nem sempre levava em conta as especificidades e os conhecimentos tradicionais dos agricultores. Tal perspectiva pode ter gerado impactos sociais e ambientais nem sempre positivos para as comunidades rurais, sugerindo a necessidade de uma Extensão Rural mais dialógica e que valorize os saberes locais, em vez de simplesmente impor modelos externos de desenvolvimento agrícola.

Isso implica dizer que o papel da Extensão Rural no Brasil se caracteriza na construção de uma sociedade industrializada, na intenção de superar o atraso no desenvolvimento rural da população do campo, substituindo a agricultura tradicional nas suas formas simples de lidar com os plantios e começar a utilizar o crédito fornecido pelos bancos para investir em produtos industrializados e aumentar demasiadamente sua produção.

Essa abordagem crítica visa empoderar os produtores rurais, permitindo que eles sejam os principais agentes de seu próprio desenvolvimento. Dessa forma, eles podem tomar decisões informadas sobre suas vidas e comunidades, tendo maior autonomia. Além disso, o humanismo crítico reconhece a importância da dimensão cultural e social na extensão rural. Isso significa respeitar e valorizar a diversidade e a identidade dos povos do campo, compreendendo que o desenvolvimento rural não se resume apenas a aspectos técnicos e econômicos, mas também envolve questões sociais, culturais e políticas.

Em vez de simplesmente impor modelos externos de desenvolvimento, essa nova perspectiva da Extensão Rural procura estabelecer um diálogo horizontal com os agricultores, valorizando seus conhecimentos tradicionais e envolvendo-os ativamente no processo de transformação de suas realidades. Dessa forma, busca-se construir soluções mais adequadas e sustentáveis para as comunidades rurais.

A visão do Serviço Social na Extensão Rural passou por uma importante

transformação a partir da década de 1980. Nesse período, a atuação deixou de se pautar apenas em aspectos técnicos e produtivos, para enfatizar a construção de uma consciência crítica nos produtores rurais, bem como sua participação ativa e a consideração dos aspectos culturais das comunidades. Esse novo enfoque buscava promover o desenvolvimento sustentável e a autonomia das populações do campo.

Atualmente, as abordagens do Serviço Social na Extensão Rural continuam a evoluir, destacando a importância da sustentabilidade, da justiça social e da participação efetiva dos produtores rurais no processo de desenvolvimento. Além disso, as práticas atuais reconhecem a relevância da dimensão cultural e social na extensão rural, buscando respeitar e valorizar a diversidade e a identidade dos povos do campo.

De acordo com Lusa (2013), no ano de 2003, durante o governo do presidente Lula, o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) passou a assumir a responsabilidade pela Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), o que a fez retornar como uma política pública de caráter nacional, denominada Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), lançada em 2004.

A PNATER é considerada mais participativa e democrática, propiciando a elaboração do Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PRONATER). Segundo Lusa (2013), esse momento foi muito importante para o meio rural, pois institucionalizou a ATER como uma política pública específica, com caráter único para o país, resguardando as especificidades regionais e fundamentando a atuação dos agentes de ATER em diretrizes nacionais.

Essa mudança de abordagem, com a ATER sendo assumida como uma política pública de caráter nacional e com uma perspectiva mais participativa e democrática, representa, de acordo com Lusa (2013), um avanço significativo na forma de se pensar e implementar a assistência técnica e a extensão rural no Brasil, buscando atender de maneira mais adequada às necessidades e realidades diversas das populações do campo.

Nesse contexto, a extensão rural configura-se como um dos espaços ocupacionais do Assistente Social. Entretanto, assim como em outros âmbitos de atuação, o profissional encontra limitações e contradições estruturais que restringem seu agir profissional no meio rural. Lusa (2013) destaca que a extensão rural foi pensada para trabalhar de forma interdisciplinar, a fim de melhor atender os agricultores e suas famílias, levando até o campo novas técnicas agrícolas,

econômicas e sociais.

Dessa forma, apesar dos avanços trazidos pela PNATER, a atuação do Assistente Social na extensão rural ainda enfrenta desafios e contradições, demandando uma abordagem atenta às especificidades do contexto rural e às possibilidades de uma intervenção profissional alinhada aos princípios do desenvolvimento sustentável e da justiça social.

4 O SERVIÇO SOCIAL NA EXTENSÃO RURAL: REVISÃO BIBLIOGRÁFICA E PERSPECTIVAS DE ATUAÇÃO.

“Pensamentos valem e vivem pela observação exata ou nova, pela reflexão aguda ou profunda; não menos querem a originalidade, a simplicidade e a graça do dizer.”
Machado de Assis

A relação entre o Serviço Social e a Extensão Rural no Brasil é um tema que, embora pouco discutido pela categoria de assistentes sociais no país, merece atenção e aprofundamento. Compreender essa interface requer um olhar atento e rigoroso, pautado pela observação, reflexão e originalidade, conforme nos convida a citação de Machado de Assis.

Neste capítulo, apresentaremos uma revisão bibliográfica sobre a atuação do Serviço Social na Extensão Rural, buscando identificar as principais discussões e contribuições acadêmicas sobre essa temática. A Extensão Rural, enquanto importante estratégia de desenvolvimento rural, possui um grande potencial de atuação para o Serviço Social, que pode contribuir para a efetivação de políticas públicas e programas voltados para as populações do campo.

Partindo dessa premissa, analisaremos as publicações relevantes encontradas em anais de eventos científicos, no período de 2010 a 2024, com o objetivo de compreender as potencialidades e os desafios dessa interface. Essa revisão bibliográfica nos permitirá não apenas mapear o estado da arte, mas também vislumbrar novas perspectivas de investigação e atuação profissional.

Ao longo dessa análise, buscaremos observar com exatidão os principais eixos temáticos, abordagens teóricas e experiências práticas que têm caracterizado a inserção do Serviço Social na Extensão Rural. Além disso, procuraremos refletir de forma aguda e profunda sobre as implicações dessa relação, bem como sobre a originalidade, simplicidade e elegância na expressão desses saberes.

Essa discussão visa subsidiar a compreensão do objeto de estudo, apontando lacunas e oportunidades de investigação que possam ser exploradas na presente pesquisa. Assim, esperamos que este capítulo forneça um panorama abrangente sobre a temática, contribuindo para o avanço do conhecimento na área e para a ampliação das perspectivas de atuação do Serviço Social na Extensão Rural.

4.1 Tendências e Lacunas na Pesquisa em Serviço Social: Insights a partir da Análise de Periódicos

A pesquisa em Serviço Social é fundamental para o desenvolvimento e aprimoramento da profissão, permitindo a compreensão de fenômenos sociais, a proposição de intervenções e a construção de conhecimento. Nesse sentido, a análise da produção científica publicada em periódicos da área torna-se um importante instrumento para identificar as principais tendências e lacunas na pesquisa em Serviço Social.

As revistas analisadas neste período de 2010 a 2024 são:

QUADRO 01: SISTEMATIZAÇÃO DE PUBLICAÇÕES DE ARTIGOS EM REVISTAS (2010 - 2024)							
AN O	Revista Katálysi s	Serviço Social e Sociedad e	Temporal i s	Serviço Social em Revista	Revista Humanidade e Perspectiva s	Cader no Ceru	TOT AL
2010	0	0	0	0	0	0	0
2011	0	0	0	0	0	0	0
2012	0	0	0	0	0	0	0
2013	0	0	0	0	0	1	1
2014	0	0	1	0	0	0	1
2015	0	0	0	0	0	0	0
2016	0	0	0	0	0	0	0
2017	0	0	0	0	0	0	0
2018	0	0	0	0	0	0	0
2019	0	0	0	0	0	0	0
2020	0	0	0	0	0	0	0
2021	0	0	0	0	1	0	1
2022	0	0	0	0	0	0	0
2023	0	0	0	1	0	0	1
2024	0	0	0	0	0	0	0
							04

- Revista Serviço Social & Sociedade (Qualis A1): publicada desde 1980 pela Editora Cortez, é uma revista da área de Serviço Social;
- Katálisis (Qualis A1): publicada desde 1997 pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), é uma revista da área de Serviço Social;
- Textos & Contextos (Qualis A1): publicada desde 2002 pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), é uma revista da área

de Serviço Social;

- Temporalis (Qualis B1): publicada desde 2000 pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), é uma revista da área de Serviço Social;
- Serviço Social em Revista (Qualis B2): publicada desde 1998 pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). É uma revista da área de Serviço Social;

Essa diversidade de periódicos, com diferentes classificações Qualis, permite uma análise abrangente das tendências e lacunas na pesquisa em Serviço Social no período investigado. Além dessas revistas específicas da área de Serviço Social, a análise também contemplou duas publicações de caráter multidisciplinar que abordaram temas relevantes para a pesquisa, especialmente no que se refere à Extensão Rural:

- Revista Humanidade e Perspectivas (Qualis B2): publicada desde 2012 pela Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS), é uma revista de caráter multidisciplinar;
- Cadernos CERU (Qualis B2): publicada desde 1990 pelo Centro de Estudos Rurais e Urbanos (CERU) da Universidade de São Paulo (USP), é uma revista de caráter multidisciplinar.

QUADRO 02: Periódicos da área de Serviço Social

ISSN	TÍTULO	ESTRATO
1414-4980	Katálysis: https://www.scielo.br/j/rk/	A1
0101-6628	Revista Serviço Social & Sociedade: https://www.scielo.br/j/ssoc	A1
677-9509	Textos & Contextos: https://revistaseletronicas.pucrs.br/fass	A2
2238-1856	Temporalis: https://periodicos.ufes.br/temporalis	B1
1679-4842	Serviço Social em Revista: https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/ssrevista	B2
2316-7785	Revista Humanidade e Perspectivas: https://www.revistasuninter.com/revista-humanidades/index.php/revista-humanidades/about	B4
0103-9059	Cadernos CERU: https://www.revistas.usp.br/ceru	B2

Fonte: Plataforma Sucupira. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/>. Acesso em: 21/08/2024

No entanto, é importante notar que as revistas selecionadas não contemplam

a região Norte do Brasil, especialmente o estado do Tocantins. Essa ausência de publicações que representam essa região específica evidencia uma lacuna na produção científica sobre o Serviço Social, indicando a necessidade de se incentivar e fomentar a escrita e a divulgação de pesquisas relacionadas a essa temática nessa localidade.

Essa limitação geográfica na amostra de periódicos analisados reforça a importância de se ampliar a representatividade regional na pesquisa em Serviço Social, de modo a abranger a diversidade de realidades e contextos sociais existentes no país. Somente assim será possível obter um panorama mais completo e representativo das tendências e lacunas na produção científica da área.

Nesse sentido, uma estratégia promissora seria estimular a pesquisa na interface entre Serviço Social e Extensão Rural, especialmente nas regiões onde há a presença de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), como a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER). Essa abordagem permitiria ampliar o conhecimento sobre as demandas e realidades específicas dessas localidades, contribuindo para o fortalecimento da atuação do Serviço Social em contextos rurais.

4.2 Publicações em Revistas Científicas

Neste subtópico, são apresentadas as principais publicações encontradas em revistas científicas relacionadas ao tema da pesquisa sobre Serviço Social e Extensão Rural. Foram analisados quatro artigos que abordavam essa temática específica, permitindo identificar as principais discussões e contribuições acadêmicas nessa interface. Os artigos analisados foram:

QUADRO 03: SISTEMATIZAÇÃO DE PUBLICAÇÕES ENCONTRADOS EM REVISTAS				
Revista	Nº da Revista	Ano da publicação	Autores	Títulos
Caderno CERU	série 2, v. 24, n. 1	Junho de 2013	Mailiz Garibotti Lusa	Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural e Serviço Social: o campo como desafio
Tempor	n. 28	jul./dez.	Amanda	Política Agrária: Extensão Rural e

alis		2014	Farias dos Santos	Serviço Social, a Equação Possível
Revista Humanidade e Perspectivas	v. 3, n. 6	2021	José Carlos do Amaral Junior	Serviço Social e Extensão Rural. Questão agrária, questão social e a inserção do assistente social na ATER Paranaense
Serviço Social em Revista	Vol.2 6	Jan-Jul 2023	José Carlos do Amaral Júnior	A Extensão Rural está morta? Uma perspectiva a partir da inserção do Assistente Social na “área social”

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados da pesquisa, 2024. Essa tabela fornece uma visão geral das publicações de artigos em revistas entre 2010 e 2024, incluindo o título do artigo, o nome da revista, o volume e número.

A análise desses artigos permitiu identificar as principais discussões e contribuições acadêmicas na interface entre Serviço Social e Extensão Rural, destacando-se os seguintes aspectos:

O Estudo publicado na revista Cadernos do CERU (LUSA, 2013), intitulado “Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural e Serviço Social: o campo como desafio”, teve como objetivo analisar o exercício profissional do Serviço Social na Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER). O trabalho, fundamentado na perspectiva crítica do materialismo histórico dialético, foi realizado por meio de pesquisa bibliográfica, documental e empírica.

O estudo está organizado em quatro seções: a trajetória histórica das instituições de assistência técnica e extensão rural; a PNATER na atualidade e os desafios de sua execução; a atenção à área social como tarefa premente; e a atuação do/a assistente social como técnico de ATER. O artigo indica a necessidade de superar os limites da política, como o enfoque tecnológico e desenvolvimentista, e a necessária visibilidade do âmbito social na execução da ATER, além de discutir as possibilidades de atuação do assistente social como agente da ATER.

Considerando o artigo anterior sobre a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) e o exercício profissional do Serviço Social, o estudo publicado na revista Temporalis (SANTOS; LUSA, 2014), intitulado Política Agrária: Extensão Rural e Serviço Social, a Equação Possível, complementa essa discussão. O artigo também trata do exercício profissional do Serviço Social na PNATER, discutindo suas competências e atribuições. Com abordagem qualitativa, a pesquisa utilizou revisão bibliográfica e documental, além de experiências adquiridas nesse

espaço sócio-ocupacional. O trabalho aborda a Assistência Técnica e Extensão Rural no Brasil, o capitalismo no campo e a classe trabalhadora rural. O Projeto Ético-Político da profissão, bem como as competências e atribuições do Serviço Social na ATER.

O artigo indica a perspectiva de atuação do assistente social em diversas linhas de ação da política agrária, contribuindo para a compreensão do papel do Serviço Social na PNATER. Dessa forma, os dois estudos, em conjunto, ampliam o olhar acerca das possibilidades da política e da atuação do assistente social no campo, fortalecendo a discussão sobre o exercício profissional do Serviço Social na Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural.

Ponderando os dois artigos anteriores sobre a atuação do Serviço Social na Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), o estudo publicado na revista *Humanidade em Perspectivas*, de autoria de Amaral Júnior (2021), intitulado *Serviço Social e Extensão Rural: Questão agrária, Questão Social e a inserção do Assistente Social na ATER Paranaense*, complementa dessa discussão. O artigo busca refletir sobre a inserção dos assistentes sociais na política de extensão rural, a partir da relação entre “questão agrária” e “questão social”. Por meio de revisão bibliográfica, o estudo promove uma análise que possibilita compreender as contingências históricas da demanda pelo profissional do Serviço Social na extensão rural, especificamente no caso do Paraná.

O trabalho revela que a demanda por assistentes sociais é relativamente recente, marcada pelas mudanças sociais em torno das políticas agrárias na década de 1990. Essa inserção ocorreu tanto pela supressão da formação dos economistas domésticos, anteriormente considerados os profissionais prioritários para as equipes, quanto pelo surgimento de uma tendência de enfrentamento da “questão agrária” por intermédio das políticas sociais.

Nesse contexto, o artigo aponta a necessidade de superar a percepção fragmentada do assistente social apenas como executor de políticas sociais, a proximidade problemática com o escopo dos economistas domésticos e a necessidade de apreender a “questão agrária” como parte das expressões da “questão social”. Dessa forma, os três estudos, em conjunto, ampliam a compreensão sobre o exercício profissional do Serviço Social na PNATER, abordando suas competências, atribuições e as possibilidades de atuação nesse espaço sócio-ocupacional.

O último estudo analisado neste tópico é o artigo publicado na revista Serviço Social em Revista, escrito por Amaral Júnior e Becher (2023), intitulado A Extensão Rural está morta? Uma perspectiva a partir da inserção do assistente social na Área Social. O artigo busca analisar a formação da “área social” na extensão rural pública oficial brasileira, especificamente no que se refere à atuação dos assistentes sociais, e de que forma sua configuração atual pode auxiliar tanto na construção de um diagnóstico quanto na condução de um processo de transformação dessa política pública.

Por meio de estudo bibliográfico documental, o trabalho revela que a “área de bem-estar social” na extensão rural é marcada pela herança do modelo trazido dos Estados Unidos, confundindo seu projeto de educação doméstica com a proposta mais ampla da Economia Doméstica. Dessa maneira, essa área foi consolidada a partir de fundamentos assistencialistas, fatalistas e moralizantes.

Mesmo com as sucessivas mudanças de abordagem da extensão rural a partir dos anos 1970, a “área social” continuou seguindo um formato de educação doméstica conservadora, que se desdobra hoje em outras profissões, como o Serviço Social. Assim, para superar o declínio que essa prática representa na atualidade para a política pública em questão, os autores apontam a necessidade de romper com a reprodução de uma área de atuação baseada nos elementos da Pedagogia do Doméstico.

Dessa forma, os quatro estudos analisados neste tópico, em conjunto, ampliam a compreensão sobre o exercício profissional do Serviço Social na PNATER, abordando suas competências, atribuições e as possibilidades de atuação nesse espaço sócio-ocupacional, bem como os desafios e limites dessa inserção. Os estudos abordam a atuação do Serviço Social na Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) a partir de diferentes perspectivas, contemplando aspectos históricos, políticos, teórico-metodológicos e práticos. Essa abordagem multidimensional enriquece a compreensão sobre o tema.

Os artigos traçam a trajetória da inserção do Serviço Social na extensão rural, evidenciando as transformações e desafios enfrentados ao longo do tempo, desde a herança do modelo norte-americano até as mudanças mais recentes. Eles apontam as tensões e contradições presentes na “área social” da extensão rural, marcada por fundamentos assistencialistas, fatalistas e moralizantes, que se contrapõem aos princípios do Projeto Ético-Político do Serviço Social.

O último artigo destaca a urgência de romper com a reprodução de uma “área social” baseada na Pedagogia do Doméstico, apontando a necessidade de transformações estruturais na política pública de extensão rural. Nesse sentido, os trabalhos evidenciam as possibilidades de atuação do assistente social na PNATER, ressaltando sua capacidade de ampliar o olhar sobre a “questão agrária” e as expressões da “questão social” no campo.

Em síntese, o conjunto de artigos analisados neste tópico oferece uma visão abrangente e crítica sobre a inserção do Serviço Social na política de extensão rural, contribuindo para a reflexão sobre os desafios e potencialidades dessa atuação profissional.

Além das considerações já apresentadas, é possível complementar a análise crítica sobre a atuação do Serviço Social na Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) a partir de alguns outros aspectos. Um ponto relevante diz respeito à necessidade de superar a visão fragmentada do assistente social como mero executor de políticas sociais no campo. Os artigos apontam a importância de compreender a “questão agrária” como parte integrante da “questão social”, demandando uma atuação profissional que vá além da abordagem setorializada.

Nesse sentido, destaca-se a importância de o Serviço Social se apropriar de uma leitura crítica da realidade agrária, articulando as dimensões econômica, política, social e cultural que permeiam esse espaço sócio-ocupacional. Isso implica romper com a histórica proximidade problemática com o escopo dos economistas domésticos e construir uma intervenção profissional alinhada ao Projeto Ético-Político da profissão.

Outro aspecto a ser considerado é a necessidade de fortalecer a participação e o protagonismo dos sujeitos sociais no âmbito da extensão rural. Os estudos indicam que, muitas vezes, a “área social” ainda se pauta por uma lógica tutelar e assistencialista, distante dos princípios de autonomia e empoderamento preconizados pelo Serviço Social. Nesse sentido, o desafio consiste em construir estratégias de intervenção que valorizem os saberes e as demandas das populações do campo, articulando-as com as políticas públicas de forma a promover a efetiva participação social e o acesso a direitos.

Por fim, cabe ressaltar a importância de o Serviço Social se inserir nos espaços de formulação, gestão e avaliação da PNATER, de modo a contribuir para a construção de uma política pública que contemple, de fato, as necessidades e os

interesses das trabalhadoras e trabalhadores rurais.

4.3 Publicações em Anais de Eventos

Neste subtópico, são apresentadas as principais publicações encontradas em anais de eventos científicos, como congressos e simpósios, relacionadas ao tema da pesquisa sobre Serviço Social e Extensão Rural. Foram analisados três artigos que abordavam essa temática específica, permitindo identificar as principais discussões e contribuições acadêmicas nessa interface.

Apesar do número ainda reduzido de trabalhos publicados, a análise desses artigos demonstra o interesse e a relevância que a comunidade acadêmica atribui a essa temática para o campo de estudo. Os trabalhos foram apresentados em eventos científicos da área, o que evidencia o esforço de um grupo de pesquisadores, muitos deles profissionais que atuam ou atuaram nesse espaço sócio-ocupacional, em promover a reflexão e o avanço do conhecimento sobre a relação entre o Serviço Social e a Extensão Rural.

Essa produção acadêmica confere maior visibilidade e reconhecimento aos estudos nessa interface, permitindo a troca de ideias e o aprimoramento das pesquisas. Além disso, contribui para o fortalecimento desse campo de conhecimento, identificando lacunas, tendências e oportunidades de investigação que podem embasar a presente pesquisa.

QUADRO 04: SISTEMATIZAÇÃO DE PUBLICAÇÕES ENCONTRADOS EM ANAIS				
Evento/Anais	Ano	Palavras-Chave	Autores	Títulos
III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social	Maio 2022	Serviço Social; Extensão Rural; Capitalismo.	Maria Flávia Andrade Araújo Lisboa	O Serviço Social na Extensão Rural: Contrarreforma e rebatimentos
XI Jornada Internacional Políticas Públicas	Set 2023	Extensão rural; Serviço Social; Economia Doméstica.	José Carlos do Amaral Júnior	Extensão rural – Serviço Social – Economia Doméstica
XVI ENPESS	Dez	Serviço Social;	Maria Flávia Andrade	Serviço Social; Mercado de Trabalho; Desafios;

	2018	Mercado de Trabalho; Desafios; Extensão rural; Neoliberalismo.	Araújo Lisboa	Extensão rural; Neoliberalismo
--	------	--	---------------	--------------------------------

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados da pesquisa, 2024.

Como exemplo, o artigo intitulado O Serviço Social na Extensão Rural: Tensões e Contradições, de autoria de Maria Flávia Andrade Araújo Lisboa, foi apresentado no XVI ENPESS (Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social), realizado em dezembro de 2018 na cidade de Vitória, Espírito Santo. O trabalho teve como objetivo promover um breve apontamento sobre o Serviço Social e a extensão rural como espaço sócio-ocupacional da profissão. Para isso, o artigo considerou o trajeto da extensão rural no Brasil no contexto desenvolvimentista, abordando também a crise dos anos de ouro do modelo de acumulação fordista e a reestruturação do capital, elementos importantes para essa discussão. Além disso, o artigo apresentou as questões que tensionam a formação profissional e o exercício da profissão na cena contemporânea, no âmbito da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural, tendo em vista o contexto neoliberal.

Outro artigo, publicado nos Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social, realizado em maio de 2022, também de autoria de Maria Flávia Andrade Araújo Lisboa, possui o título O Serviço Social na Extensão Rural: Contrarreforma e rebatimentos. O estudo teve como objetivo refletir sobre o Serviço Social na extensão rural brasileira, associando-o ao trajeto desta política e aos rebatimentos decorrentes da crise no contexto da contrarreforma para o processo de formação profissional e para a categoria profissional no âmbito da política de extensão rural. O artigo constatou que, após a implementação do novo desenho da extensão rural, foram mantidos os velhos padrões sob a lógica da acumulação capitalista. A metodologia utilizada foi a revisão de literatura, priorizando produções a partir do método do materialismo-histórico-dialético que discutem formação profissional, mercado de trabalho, extensão rural, questão fundiária e o contexto da contrarreforma.

Além dos trabalhos anteriormente mencionados, destaca-se também o artigo de José Carlos do Amaral Júnior, publicado nos anais do XI Jornada Internacional de Políticas Públicas, realizado em setembro de 2023 em São Luís do Maranhão.

Intitulado Extensão Rural e Serviço Social: a sombra histórica da Economia Doméstica, o estudo buscou demonstrar, por meio de uma pesquisa bibliográfica documental, como a inserção dos assistentes sociais na política de extensão rural é particularmente problemática. Isso porque essa inserção ocorreu historicamente em simbiose com o projeto original da Economia Doméstica, cuja sombra se projeta até os dias atuais como uma ameaça de retomada do conservadorismo.

O autor argumenta que os dois campos – Serviço Social e Economia Doméstica – prevaleceram relativamente independentes no Brasil até os anos 1980, quando as mudanças societárias ocasionaram cenários diversos em que uma aproximação entre as áreas se tornou maior, ora pelo oportunismo, ora pela transposição que respondia à falta de oferta. Nesse contexto, a inserção de assistentes sociais na extensão rural, em substituição às economistas domésticas, sua preferência histórica, lança sobre essa política a ameaça do retorno ao conservadorismo.

Ao analisar criticamente as publicações apresentadas, observa-se que elas abordam a inserção do Serviço Social no campo da extensão rural, um espaço sócio ocupacional importante para a profissão, porém marcado por tensões e contradições. Os estudos buscam compreender o trajeto histórico da extensão rural no Brasil, relacionando-o com o contexto desenvolvimentista e as transformações decorrentes da crise do modelo de acumulação fordista e da reestruturação do capital.

As publicações destacam as questões que tensionam a formação profissional e o exercício do Serviço Social na extensão rural, especialmente no âmbito da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural, diante do contexto neoliberal. Há também uma preocupação em analisar os rebatimentos da contrarreforma e da lógica da acumulação capitalista sobre a política de extensão rural e seus impactos para a categoria profissional dos assistentes sociais.

Alguns trabalhos abordam ainda a problemática da inserção histórica do Serviço Social na extensão rural em simbiose com o projeto da Economia Doméstica, apontando os riscos de retomada do conservadorismo nesse campo. Dessa forma, as publicações apresentam uma visão crítica e contextualizada sobre a atuação do Serviço Social na extensão rural, destacando os desafios e contradições presentes nesse espaço sócio ocupacional.

4.4 O Serviço Social na dimensão social da ATER: potencialidades e limites

A Extensão Rural surgiu no início do século XX com o objetivo de promover o desenvolvimento rural e melhorar a qualidade de vida das populações rurais. Como já apresentado nos capítulos anteriores, essa área passou por importantes mudanças ao longo dos anos, influenciadas por fatores políticos, econômicos e sociais.

Uma das principais transformações da Extensão Rural foi a transição de uma abordagem mais técnica e produtivista para uma perspectiva mais social e participativa. Isso ocorreu em resposta às críticas de que a Extensão Rural estava mais focada em promover a produção agrícola e a modernização do campo do que em atender às necessidades sociais e culturais das comunidades rurais.

A partir da década de 1970, a Extensão Rural começou a incorporar uma visão mais social, reconhecendo a importância da participação comunitária e da promoção do desenvolvimento humano sustentável. Isso incluiu a criação de programas de educação e capacitação para os agricultores e suas famílias, bem como a promoção da organização comunitária e da gestão participativa dos recursos naturais.

De acordo com Amaral Júnior (2023), a “área social” dentro das agências de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) quase não chegou a se consolidar na prática extensionista em suas primeiras décadas de existência. No entanto, essa área passou a ganhar maior relevância e espaço na atuação desses serviços ao longo do tempo.

Segundo Amaral Júnior (2023), as transformações ocorridas após a década de 1990 resultaram em uma nova configuração das agências de assistência técnica e extensão rural, que passaram a estabelecer parcerias com diversos atores sociais, buscando recursos e atuando sem uma orientação ideológica central. Essa dinâmica levou a um cenário de coexistência de projetos, ideais e ações por vezes contraditórios.

O assistente social, ao atuar nas mais diversas expressões da questão social, depara-se com os limites e contradições presentes nas políticas públicas e nos espaços sócio-ocupacionais, como é o caso da atuação na Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER). (IAMAMOTO, 2001)

A Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) é mais um dos espaços sócio-ocupacionais deste profissional, o que nos leva a questionar o exercício profissional desempenhado especificamente neste contexto rural, marcado pela coexistência de

projetos, ideais e ações por vezes contraditórios, conforme apontado por Amaral Júnior (2023).

A atuação do assistente social na Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) é um tema que, na visão da autora Lusa (2013), ainda carece de maior exploração. Segundo a autora, essa categoria profissional é direcionada para promover a autonomia do indivíduo e sua participação política. Entretanto, a prática do Serviço Social nesse espaço sócio-ocupacional é pouco discutida, havendo uma ausência de reflexões que possam contribuir para a afirmação da profissão e de suas especificidades.

O Assistente Social que atua na extensão rural muitas vezes enfrenta dificuldades em desenvolver suas técnicas e competências privativas da profissão. Frequentemente, esses profissionais acabam sendo vistos como meros executores de medidas administrativas e orientações que não correspondem à sua formação e atribuições específicas. Nota-se que o Serviço Social, enquanto profissão, ainda é pouco conhecido e valorizado nesse espaço sócio-ocupacional da Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER).

Há uma ausência de discussões e reflexões que possam contribuir para a afirmação da profissão e de suas especificidades nesse campo de atuação, o qual deveria direcionar e promover a autonomia dos sujeitos, bem como sua participação política e social. Essa lacuna de reconhecimento e compreensão acerca do papel do Serviço Social na extensão rural acaba limitando a atuação desses profissionais, que ficam restritos a atividades que não correspondem plenamente à sua formação e competências.

Lusa (2013) aponta que o assistente social opera a partir de políticas públicas, intervindo na questão social. No entanto, a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), que orienta as ações dos profissionais voltadas para a população camponesa ligada à agricultura de pequeno porte, não atenta para as singularidades do Serviço Social. Consequentemente, a política muitas vezes impõe à profissão responsabilidades que não correspondem às suas competências, como aquelas relacionadas à produção agrícola ou ao auxílio técnico. Isso ocorre, na visão da autora, devido a uma visão limitada que percebe apenas o “agente de ATER” ou a “equipe multidisciplinar”, sem considerar as atribuições específicas de cada profissional.

Ainda conforme Lusa (2013), quando a profissão é considerada em suas

particularidades, ainda que de forma incipiente, nota-se uma concepção relativa ao Serviço Social tradicional. Nessa perspectiva, a categoria é relacionada apenas com a capacidade de “conversar bem” e de prestar atendimento às famílias e indivíduos para solucionar problemas e suprir necessidades morais, materiais e sociais.

Diante desse cenário, Lusa (2013) aponta a necessidade de se fazer uma crítica também à PNATER, pois, assim como acontece com outras políticas, percebe-se nela a presença de recortes neoliberais e da visão desenvolvimentista, traços marcantes do capitalismo atual. A autora destaca a importância dada pela política a números, relatórios, quantidade de produção e aparentemente ao “bem-estar social”, o que demonstra como essa política está ligada aos interesses do mercado, operando para atender às conveniências e metas de organismos internacionais.

Apesar dessa realidade, o assistente social possui um importante papel a desempenhar na ATER. Sua atuação pode contribuir para a identificação das demandas e dos recursos dos usuários desta política pública, dando especial atenção à defesa dos direitos sociais e políticos da população camponesa.

Santos e Lusa (2014) aponta que, o/a assistente social que atua na Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) é comumente denominado/a como “Extensionista Rural”. Mesmo nesse contexto, é necessário que o/a profissional tenha clareza sobre suas competências e atribuições, as quais estão estabelecidas na Lei de Regulamentação da profissão (Lei n. 8.662/1993), nos Artigos 4º e 5º.

Mesmo atuando como extensionista rural, as atividades do/a assistente social devem estar alinhadas com as competências e atribuições definidas na legislação que regulamenta a profissão. Isso é enfatizado por Iamamoto (2009), que ressalta que a regulamentação legal do projeto de profissão se materializa no Código de Ética Profissional, na Lei de Regulamentação da Profissão de Serviço Social e nas Diretrizes Curriculares para a Formação Profissional em Serviço Social.

A regulamentação legal do projeto de profissão se materializa no Código de Ética Profissional do Assistente Social (1993), na lei da Regulamentação da Profissão de Serviço Social (Lei n. 8.662/93), e na proposta das Diretrizes Curriculares para a Formação Profissional em Serviço Social (ABEPSS, 1996; MEC-Sesu/CONESS, 1999). A legislação profissional representa uma defesa da autonomia profissional, porque codificam princípios e valores éticos, competências e atribuições, além de conhecimentos essenciais, que têm força de lei, sendo judicialmente reclamáveis. (IAMAMOTO, 2009, p. 224).

Essa legislação profissional representa uma defesa da autonomia profissional,

pois codifica princípios, valores éticos, competências, atribuições e conhecimentos essenciais, que têm força de lei e podem ser judicialmente reclamáveis. Portanto, o/a assistente social, mesmo atuando em contextos específicos como a ATER, tem que ter clareza e alinhamento com as competências e atribuições definidas na legislação que regulamenta a profissão, de modo a garantir sua autonomia e atuação ética e qualificada.

Nesse sentido, o Projeto Ético-Político do Serviço Social está intrinsecamente ligado a um projeto de transformação social. Isso implica que a atuação profissional do/a assistente social se insere em meio a movimentos contraditórios entre as classes sociais. Essas contradições acabam por direcionar as ações cotidianas do Serviço Social, favorecendo interesses sociais distintos e, por vezes, antagônicos. De acordo com Netto (1999), os projetos profissionais refletem essas tensões e disputas, uma vez que representam a materialização de valores e princípios que orientam a prática profissional.

[...] apresentam a auto-imagem da profissão, elegem valores que a legitimam socialmente, delimitam e priorizam seus objetivos e funções, formulam requisitos (técnicos, institucionais e práticos) para o seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem balizas de sua relação com os usuários dos seus serviços, com outras profissões e com as organizações e instituições públicas e privadas. (NETTO, 1999 p. 95).

Os projetos profissionais estão intimamente ligados aos projetos societários que lhes fornecem as bases conceituais e os valores norteadores. Isso porque a profissão requer o entendimento do processo histórico no qual ela se insere, buscando explicar e intervir na realidade de forma a definir sua orientação social.

Nessa perspectiva, o/a profissional de Serviço Social pode propor projetos e programas voltados para a agricultura familiar, colaborando posteriormente para a implementação e execução dessas iniciativas. Dessa forma, o/a assistente social, enquanto agente da ATER, pode valorizar as particularidades e necessidades da comunidade rural, fortalecendo sua participação política.

Algumas das potencialidades do Serviço Social no contexto da ATER incluem: a atuação junto às famílias e comunidades rurais para identificar suas demandas, necessidades e potencialidades de forma holística; a articulação de ações intersetoriais que integrem a ATER a outras políticas públicas; o fortalecimento da organização e participação social dos beneficiários da ATER; e a promoção da

equidade de gênero, geração, raça e etnia nos serviços de ATER. Essas ações podem contribuir para que a ATER seja desenvolvida de maneira mais contextualizada e alinhada com as realidades e necessidades das comunidades rurais.

Dessa forma, o Serviço Social possui um importante papel a desempenhar na ATER, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida e o fortalecimento da cidadania das populações rurais. Embora o Serviço Social ainda tenha pouca visibilidade nesse espaço sócio-ocupacional, sua atuação é fundamental para a promoção da autonomia e da cidadania dos indivíduos atendidos pela Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (LUSA, 2013).

Santos e Lusa (2014) ressaltam que a supervisão de estagiários/as de Serviço Social representa uma das atribuições do/a assistente social também quando se está inserido/a na ATER. Essa atividade de supervisão de estágio representa uma importante oportunidade de qualificar a atuação do Serviço Social nesse espaço sócio-ocupacional, na medida em que permite a integração entre a formação acadêmica e a prática profissional.

Nesse sentido, é fundamental que o/a assistente social oriente e acompanhe os/as estagiários/as de acordo com os princípios e diretrizes do projeto ético-político da profissão, expressos no Código de Ética do/a Assistente Social. Esse código estabelece compromissos com a defesa intransigente dos direitos humanos, com a justiça social, com a cidadania e com o aprofundamento da democracia, valores que devem nortear a atuação do Serviço Social na ATER.

Ao supervisionar estagiários/as, o/a assistente social pode compartilhar seus conhecimentos e experiências, ao mesmo tempo em que se beneficia do olhar e das contribuições dos/as estudantes, enriquecendo mutuamente o processo de intervenção junto às comunidades rurais, sempre em consonância com o projeto ético-político da profissão.

No entanto, alguns limites e desafios também se apresentam, como a insuficiência de profissionais de Serviço Social atuando nos serviços de ATER, as dificuldades de articulação intersetorial e interinstitucional, as resistências culturais e institucionais à abordagem social na ATER, e a escassez de recursos financeiros e estruturais para o desenvolvimento de ações sociais. Esses fatores representam obstáculos que precisam ser enfrentados para que a potencialidade do Serviço Social na dimensão social da ATER possa ser efetivamente concretizada.

Esses fatores, de fato, representam desafios importantes que precisam ser

enfrentados para que a dimensão social da ATER possa ser efetivamente consolidada e potencializada. É necessário investir na formação e inserção de profissionais de Serviço Social, promover a articulação intersetorial, fomentar uma mudança cultural e institucional que valorize a abordagem social, e garantir os recursos necessários para o desenvolvimento de ações sociais integradas no contexto da ATER.

Portanto, é fundamental que o/a assistente social, mesmo atuando como extensionista rural, tenha clareza e alinhamento com as competências e atribuições definidas na legislação que regulamenta a profissão, de modo a garantir sua autonomia e atuação ética e qualificada. Além disso, é necessário superar os limites e desafios encontrados, permitindo que o Serviço Social contribua de forma mais efetiva para a promoção da equidade, da inclusão social e do desenvolvimento integral das populações rurais atendidas pela ATER.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta dissertação, buscou-se investigar a trajetória da extensão rural no Brasil e a atuação do Serviço Social nesse campo. Nesse sentido, buscou-se compreender as transformações históricas ocorridas no campo brasileiro, com ênfase na revolução verde e nas mudanças no papel e na proposta para o desenvolvimento rural no país. Dessa forma, a pesquisa realizada contribui para uma melhor compreensão da evolução da extensão rural e do papel do Serviço Social nesse contexto, fornecendo subsídios importantes para a reflexão e o aprimoramento das práticas nessa área.

Com base no exposto, fica evidente que a extensão rural desempenhou um papel crucial no processo de transformação do campo brasileiro, atuando como um importante instrumento de disseminação das tecnologias e práticas da revolução verde. Essa atuação contribuiu para a modernização conservadora da agricultura, beneficiando principalmente os grandes proprietários de terras. Contudo, essa modernização resultou em inúmeros conflitos no campo e na expulsão de pequenos agricultores e trabalhadores rurais de suas terras. Portanto, a análise realizada neste trabalho demonstra que, apesar da importância da extensão rural no desenvolvimento agrícola, suas ações também geraram consequências negativas para os segmentos mais vulneráveis da população rural.

Diante das transformações históricas ocorridas no campo brasileiro, fica evidente que a chamada “revolução verde” exerceu um profundo impacto nesse processo. Esse movimento de modernização tecnológica e produtiva da agricultura acarretou significativas mudanças nas dinâmicas sociais, econômicas e ambientais do meio rural. Nesse contexto, determinados grupos sociais, como pequenos agricultores e comunidades tradicionais, foram particularmente afetados por essas transformações, muitas vezes de forma negativa.

Assim, a análise desse cenário revela que, apesar dos avanços tecnológicos e produtivos, a revolução verde também gerou consequências adversas para parcelas vulneráveis da população rural, evidenciando a necessidade de se repensar o modelo de desenvolvimento agrícola adotado.

O Serviço Social teve suas primeiras aproximações com a extensão rural brasileira a partir da década de 1940, acompanhando as diversas transformações pelas quais esse campo de atuação passou ao longo do tempo. Dessa forma, a pesquisa buscou analisar as diferentes fases da extensão rural e como elas

influenciaram a atuação dos assistentes sociais nesse contexto.

É importante destacar que a Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) no Brasil é coordenada nacionalmente pela Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo (SAF) do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). Cada estado brasileiro possui sua própria empresa ou órgão público responsável pela ATER, geralmente denominado EMATER ou RURALTINS, no caso do Tocantins. Esses órgãos estaduais são os principais responsáveis pela prestação de serviços de ATER em suas respectivas regiões.

No estado do Tocantins, a principal instituição responsável pela Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) é o RURALTINS, Instituto de Desenvolvimento Rural do Estado do Tocantins. Vinculado à Secretaria da Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural, o RURALTINS possui uma estrutura descentralizada, com 9 regionais e 92 escritórios locais espalhados pelos 139 municípios do estado. Suas principais atribuições incluem: prestar assistência técnica aos produtores rurais, realizar pesquisas agropecuárias, fomentar a organização dos produtores em associações e cooperativas, e capacitar os produtores em diversas áreas.

Conforme destacado, o RURALTINS, principal instituição responsável pela ATER Estatal no Tocantins, possui uma equipe técnica multidisciplinar composta por diversos profissionais, tais como engenheiros agrônomos, de pesca, de alimentos e ambientais, além de assistentes sociais, economistas domésticos, pedagogos, médicos veterinários, zootecnistas, técnicos agropecuários e nutricionistas. Esses profissionais, denominados extensionistas rurais, desempenham um papel fundamental no atendimento aos produtores rurais em todo o território do estado. Essa diversidade de especialidades permite que o RURALTINS ofereça um serviço de assistência técnica e extensão rural abrangente e adaptado às necessidades específicas dos diferentes segmentos da agricultura tocantinense.

Além da equipe técnica multidisciplinar, o RURALTINS também conta com profissionais administrativos que exercem funções de suporte. Dessa forma, o RURALTINS consegue levar seus serviços e assistência técnica a diversas regiões do estado, aproximando-se das necessidades e realidades dos diferentes segmentos da agricultura tocantinense. Essa abrangência e proximidade com o público-alvo são fundamentais para a efetividade das ações de extensão rural desenvolvidas pelo instituto.

Diante dessa constatação, é importante destacar que as Empresas de

Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATERs) desempenham um papel fundamental no apoio aos agricultores, atuando tanto na assistência técnica quanto na área social. No entanto, algumas dessas empresas não divulgam informações específicas sobre suas atividades sociais em seus sites. Isso pode ocorrer devido ao foco prioritário dessas empresas estar voltado principalmente para a assistência técnica e produtiva aos agricultores, relegando a um segundo plano a divulgação de suas ações na área social.

Essa lacuna de informações pode dificultar a compreensão do alcance e da importância das atividades sociais desenvolvidas pelas EMATERs, evidenciando a necessidade de uma maior transparência e divulgação dessas iniciativas. Portanto, é importante que essas empresas busquem equilibrar a ênfase entre as dimensões técnica e social de suas atuações, de modo a valorizar e dar visibilidade a todo o escopo de suas contribuições para o desenvolvimento rural.

É importante ressaltar que existe uma lacuna no conhecimento consolidado e amplamente disponível sobre a atuação dos profissionais de Serviço Social nas Empresas de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATERs) no Brasil. Essa é uma temática relevante e pouco explorada em termos de sistematização e divulgação de informações, merecendo maior atenção e investimento. A falta de informações consolidadas sobre essa temática dificulta a compreensão do papel e da contribuição dos assistentes sociais nesse importante campo de atuação.

É necessário que haja ações para preencher essa lacuna, por meio da realização de pesquisas, estudos e publicações que possam evidenciar e valorizar a atuação desses profissionais nas EMATERs, contribuindo para o fortalecimento da dimensão social da extensão rural no país.

Diante dessa lacuna de informações, a publicação de relatos de experiência por assistentes sociais que atuam na assistência técnica e extensão rural (ATER) seria uma iniciativa extremamente valiosa e benéfica. Essa ação permitiria evidenciar e dar visibilidade ao importante papel desempenhado por esses profissionais nesse campo de atuação, muitas vezes pouco conhecido. Além disso, os artigos possibilitariam a disseminação de conhecimentos e práticas inovadoras desenvolvidas pelos assistentes sociais, inspirando e orientando outros profissionais que atuam ou pretendem atuar na extensão rural. Dessa forma, a divulgação dessas experiências contribuiria para o fortalecimento da dimensão social da ATER, valorizando a atuação dos assistentes sociais e ampliando a compreensão sobre as possibilidades de

intervenção desses profissionais nesse contexto.

Essa iniciativa de publicação de relatos de experiência por assistentes sociais atuantes na assistência técnica e extensão rural (ATER) também contribuiria de forma significativa para o fortalecimento da produção científica nessa área. A construção de um acervo de conhecimentos sobre a atuação do Serviço Social na extensão rural fomentaria novas pesquisas, reflexões teóricas e o aprimoramento das práticas profissionais. Ademais, o intercâmbio de experiências e aprendizados entre assistentes sociais de diferentes regiões e contextos, por meio dessas publicações, possibilitaria um diálogo profícuo, a troca de conhecimentos e o aprendizado mútuo.

Com base no estudo realizado, ficou evidente que muitas Empresas de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATERs) não possuem uma definição clara e detalhada das atribuições dos profissionais de Serviço Social em suas equipes de extensão rural. Essa indefinição pode gerar sobreposição de funções e dificuldades na atuação desses profissionais. Além disso, a inserção do Serviço Social na Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) não possui uma regulamentação nacional clara, ficando a cargo de cada EMATER definir esse papel.

Essa falta de padronização e clareza quanto às atribuições dos assistentes sociais na ATER representa um desafio a ser enfrentado. A ausência de uma regulamentação nacional sobre essa temática acaba por deixar a cargo de cada empresa estadual a definição do escopo de atuação desses profissionais, o que pode resultar em disparidades e dificuldades no desenvolvimento de suas atividades. Portanto, é necessário que haja ações propositivas no sentido de estabelecer diretrizes nacionais que orientem e valorizem a inserção do Serviço Social na extensão rural, de modo a potencializar a contribuição desses profissionais nesse importante campo de atuação.

Sem diretrizes nacionais claras, os assistentes sociais enfrentam desafios em integrar suas competências específicas, como a mediação de conflitos, a promoção do desenvolvimento comunitário e o fortalecimento da participação social, às atividades de extensão rural. Essa indefinição dificulta o aproveitamento pleno das habilidades desses profissionais e a consolidação de sua inserção como parte integrante das equipes de ATER.

Portanto, é necessário estabelecer diretrizes nacionais que orientem e valorizem a atuação do Serviço Social na extensão rural. Isso permitiria uma maior padronização e clareza quanto às atribuições desses profissionais, potencializando

sua contribuição para o desenvolvimento rural e o apoio às populações do campo.

Apesar da presença de Assistentes Sociais nas EMATERs, o estudo revelou que nem sempre há uma integração efetiva entre as equipes técnicas e as equipes da área social. Essa falta de integração dificulta a compreensão mútua e o reconhecimento das atribuições específicas do Assistente Social por parte dos demais profissionais.

Como consequência, a visibilidade e o impacto das ações sociais desenvolvidas pelos Assistentes Sociais no âmbito das EMATERs acabam sendo limitados. Essa desarticulação entre as diferentes áreas de atuação prejudica o aproveitamento pleno das competências desses profissionais e a consolidação de sua inserção como parte integrante das equipes de ATER.

Portanto, é necessário promover uma maior integração e sinergia entre as equipes técnicas e sociais das EMATERs. Isso permitiria um melhor entendimento mútuo das atribuições e potencialidades de cada área, fortalecendo a atuação do Serviço Social e ampliando o alcance e o impacto das ações sociais desenvolvidas no contexto da extensão rural.

Essa situação de indefinição e falta de execução das atribuições do Assistente Social na extensão rural é realmente preocupante, pois compromete a efetividade das ações sociais desenvolvidas pelas EMATERs. Essa lacuna representa um desafio a ser enfrentado, uma vez que limita o potencial de contribuição desses profissionais.

Seria fundamental que houvesse uma maior regulamentação e normatização dessa inserção do Serviço Social na ATER, bem como a valorização e o reconhecimento do papel desses profissionais nesse contexto. Isso permitiria uma atuação mais clara, integrada e impactante dos assistentes sociais, potencializando suas competências específicas em áreas como a mediação de conflitos, a promoção do desenvolvimento comunitário e o fortalecimento da participação social.

Dessa forma, a definição de diretrizes nacionais que orientem e valorizem a atuação do Serviço Social nas EMATERs seria um passo importante para superar essa situação de indefinição. Isso contribuiria para uma maior integração entre as equipes técnicas e sociais, ampliando o alcance e o impacto das ações desenvolvidas no âmbito da extensão rural.

O desvio de função dos assistentes sociais nas EMATERs também pode estar relacionado a um menor reconhecimento e valorização do papel desses profissionais na extensão rural por parte das próprias empresas. Sem uma definição explícita e

clara das atribuições do Assistente Social, esses profissionais acabam sendo demandados para executar tarefas que não são de sua competência específica, como aquelas voltadas predominantemente para a assistência técnica e produtiva. Essa situação acaba por limitar a atuação dos assistentes sociais, impedindo que eles possam desempenhar plenamente suas habilidades e contribuições na dimensão social da extensão rural.

Essa falta de reconhecimento e valorização do Serviço Social reflete uma lacuna na compreensão, por parte das EMATERs, da importância da dimensão social no contexto da ATER. É fundamental que haja um melhor entendimento em definir claramente o papel e as atribuições dos assistentes sociais, de modo a potencializar a integração desses profissionais às equipes técnicas e ampliar o impacto de suas ações voltadas ao desenvolvimento rural.

Essa realidade de indefinição e desvio de função dos assistentes sociais nas EMATERs é extremamente preocupante, pois pode resultar em uma prestação de serviços inadequada e na não efetivação dos objetivos sociais da Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER). É fundamental que haja uma revisão urgente dessa situação, com a definição nítida e clara das atribuições do Assistente Social no âmbito da extensão rural. Além disso, é essencial que haja o efetivo reconhecimento e valorização desse profissional por parte das equipes de ATER.

Somente assim será possível garantir uma atuação coerente, integrada e impactante do Serviço Social nesse contexto. Essa revisão é crucial para que os assistentes sociais possam desempenhar plenamente suas competências específicas, como a mediação de conflitos, a promoção do desenvolvimento comunitário e o fortalecimento da participação social.

O Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), como órgão máximo da categoria profissional, possui a atribuição de regular, normatizar e fiscalizar o exercício do Serviço Social. Nesse sentido, o CFESS poderia e deveria assumir uma posição de liderança em relação à atuação dos Assistentes Sociais nas Empresas de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATERs).

Essa atuação do CFESS seria fundamental para enfrentar os desafios identificados, como a indefinição das atribuições dos assistentes sociais, a falta de integração com as equipes técnicas e o desvio de função desses profissionais. O Conselho, enquanto instância representativa da categoria, tem o papel de zelar pela qualidade dos serviços prestados e pela valorização do Serviço Social.

A realização de pesquisas, estudos e publicações sobre a atuação do Serviço Social na ATER, seria uma iniciativa fundamental para a sistematização de informações e o fortalecimento dessa interface entre o Serviço Social e a extensão rural. A disseminação desses conhecimentos e experiências contribuiria para uma maior visibilidade e valorização do papel dos assistentes sociais nesse contexto, além de inspirar e orientar outros profissionais que atuam ou pretendem atuar nessa área.

O trabalho do assistente social nas EMATERs deve estar alinhado aos valores fundamentais do Serviço Social, como o compromisso com a defesa dos direitos humanos, a justiça social, a cidadania, a democracia e a autonomia dos sujeitos. Essa abordagem se traduz em uma prática voltada para o empoderamento das famílias rurais, fortalecendo sua capacidade de organização, reivindicação e gestão de seus próprios recursos.

Essa abordagem orientada por esses valores se traduz em uma prática profissional voltada para o empoderamento das famílias rurais, fortalecendo sua capacidade de organização, reivindicação e gestão de seus próprios recursos. Trata-se de uma atuação que visa promover o protagonismo e a autonomia dessas populações, em contraposição a uma perspectiva meramente assistencialista ou tecnicista.

Essa dimensão ético-política do Serviço Social é fundamental para que a atuação dos assistentes sociais nas EMATERs tenha um impacto efetivo no desenvolvimento rural e na melhoria das condições de vida das comunidades do campo. Ao adotar essa abordagem alinhada aos princípios da profissão, esses profissionais podem contribuir de forma significativa para a transformação social e o fortalecimento da cidadania das populações rurais.

Dessa forma, o assistente social desempenha um papel fundamental no auxílio aos produtores rurais durante o processo de aposentadoria. Ele orienta os produtores sobre os requisitos e a documentação necessária, auxilia no preenchimento de formulários e acompanha o andamento dos processos, garantindo que os produtores tenham acesso aos benefícios a que têm direito.

Além disso, o assistente social pode desenvolver projetos voltados para o fortalecimento da organização comunitária. Isso envolve a formação de lideranças, a promoção de espaços de participação e a articulação de redes e parcerias intersetoriais, contribuindo para a autonomia das comunidades rurais.

Concluimos que o Serviço Social possui um importante papel a desempenhar

na extensão rural, contribuindo de forma significativa para a promoção do desenvolvimento rural sustentável, a valorização da agricultura familiar, a inclusão social e a defesa dos direitos dos trabalhadores rurais. O assistente social atua em diversas frentes, desde o planejamento econômico e a comercialização dos produtos das famílias atendidas, até o empoderamento comunitário, a mediação de conflitos e o acesso a políticas públicas e serviços essenciais. Essa atuação se alinha tanto às demandas da assistência técnica e extensão rural (ATER) quanto aos princípios e valores do Serviço Social, como a justiça social, a cidadania e a autonomia dos sujeitos.

No entanto, ainda existem desafios a serem superados, como a necessidade de maior reconhecimento e fortalecimento dessa atuação profissional. É fundamental que haja um maior investimento na inserção e valorização do assistente social nas equipes de ATER, bem como na produção e disseminação de conhecimentos sobre as práticas desenvolvidas nesse campo.

Esperamos que esta dissertação tenha lançado luz sobre a relevância do Serviço Social na extensão rural brasileira e inspirado novas pesquisas e ações nesse sentido, visando a construção de um modelo de desenvolvimento rural mais justo, equitativo e sustentável. Que esta seja apenas a primeira etapa de uma trajetória de contínuo aprimoramento e fortalecimento da atuação do Serviço Social na extensão rural, contribuindo de forma cada vez mais efetiva para a melhoria da qualidade de vida das populações rurais.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, R. C. **Abrindo o pacote tecnológico**: estado e pesquisa agropecuária no Brasil. São Paulo: Polis/Brasília: DF: CNPq, 1986. p. 155.

AMARAL JUNIOR, J. C. Extensão rural e serviço social: a sombra histórica da Economia Doméstica. In: AMARAL JUNIOR, J.C. **JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS**, 11., 2023, São Luís, MA. Anais [...]. São Luís, MA: Cidade Universitária Dom Delgado, 2023.

AMARAL JUNIOR, J. C. Serviço social e extensão rural: questão agrária, questão social e a inserção do assistente social na ATER paranaense. **Revista Humanidades em Perspectivas**, Curitiba, v. 3, n. 6, p. 117-129, 2021.

AMARAL JÚNIOR, J. C.; BECHER, C. A Extensão Rural está morta? Uma perspectiva a partir da inserção do assistente social na "Área Social". **Revista Serviço Social em Revista**, v. 26, n. 1, p. 55-78, jan./jul. 2023.

AMMANN, S. B. **Ideologia do desenvolvimento da comunidade no Brasil**. 10 ed. São Paulo: Cortez 2003.

ANDRADE, M. O metodologismo e desenvolvimentismo no Serviço Social brasileiro: 1946 a 1961. **Serviço Social & Realidade**, Franca, v. 17, n. 1, p. 268-299, 2008.

BAMBIRRA, V. **El Capitalismo Dependiente Latinoamericano**. 5ª Ed. México: Siglo XXI, 1974. 180 p.

BARROS. I. F. A agronegócio e a atuação da burguesia agrária: considerações da luta de classes no campo. **Serviço Social e Sociedade**, n.131, p. 175-195, jan./abr. 2018.

BOCCATO, V. R. C. Metodologia da pesquisa bibliográfica na área odontológica e o artigo científico como forma de comunicação. **Rev. Odontol. Univ. São Paulo**, São Paulo, SP, v. 18, n. 3, p. 265-274, 2006

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Organização de texto: **Centro de Documentação e informação**. 19ª ed. Brasília: Coordenação a Publicação, 2002.

BRASIL. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). **Institucional**. Disponível em: http://www.incra.gov.br/institucional_abertura. Acesso em: 08 Mai. 2023.

BRASIL. Lei nº 12.188, 11 de janeiro de 2010. Institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária – PNATER e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária – PRONATER, altera a Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República**

Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 12 de Janeiro. 2010. Seção 1, p. 1.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Fundamentos teóricos, orientações e procedimentos metodológicos para a construção de uma pedagogia de ATER**. Brasília: MDA/SAF, 2010b. 45 p.

BRETTAS, T. **Capitalismo dependente, neoliberalismo e financeirização das políticas sociais no Brasil**. Rio de Janeiro: Consequência, 2020.

PRADO JR. C. **A questão Agrária no Brasil**. Editora Brasiliense, 1987. São Paulo.

CAPORAL, F. R. **Bases para uma Política Nacional de Formação de Extensionistas Rurais**. Brasília: 2009. 55 p.

CARVALHO, H. M. A expansão do capitalismo no campo e a desnacionalização do agrário no Brasil. **Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA)**. Edição especial, p. 61-68, jun. 2013.

CARVALHO, R.; IAMAMOTO, M. V. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 40. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

CASTRO, M. M. **História do Serviço Social na América Latina**. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2000.

CRUZ, D. U. **Extensão Rural no Brasil: percursos, metodologias e desafios**. Camaçari, BA: Pinaúna Editora, 2020.

DELGADO, G. **A Questão Agrária no Brasil, 1950-2003**. São Paulo, 2014.

DIAS, M. M. **As mudanças de direcionamento da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pnater) face ao difusionismo**. Rev. Oikos, Viçosa, v.18, n.2, pág.11-21, 2007.

FONSECA, M. T. L. **A extensão rural no Brasil, um projeto educativo para o capital**. São Paulo: Loyola, 1985. 192 p.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. 8. Reimpr.-São Paulo: Atlas, 2007.

GUILHERME, R. C. Desenvolvimento de Comunidade e o Serviço Social: entre o conformismo e a crítica. **Emancipação**, Ponta Grossa, 12(1): 131-141, 2012. Disponível em <<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/emancipacao>>. Acesso em: 22 Jul. 2024.

GUERRA, Y. A dimensão investigativa no exercício profissional. In: GUERRA, Y. A. **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais**. CFESS, 2009.

IAMAMOTO, M. V. **O Serviço Social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2001

IAMAMOTO, M. V. **Renovação e Conservadorismo no Serviço Social**. Ensaios críticos. 3ª Ed. São Paulo: Cortez, 1995.

LISBOA, M. F. A. A. O serviço social na extensão rural: contrarreforma e rebatimentos. **Revista Serviço Social em Perspectiva**, v. 6, edição especial, maio 2022. Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social.

LISBOA, M. F. A. A. O serviço social na extensão rural: tensões e contradições. In: LISBOA, M. F. A. A. **ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL – ENPESS**, 16., 2018, Vitória, ES. Anais [...]. Vitória, ES: UFES, 2018.

LUSA, M. G. **Política nacional de assistência técnica e extensão rural e serviço social**: o campo como desafio. Cadernos Ceru, v. 24, n. 1, p. 115-130, 2013.

MARINI, R. M. **Dialética da dependência**/ uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini; organização e apresentação de Emir Sader-Petropolis, RJ: Vozes. Buenos Aires: CLACSO, 2000.

MASSELLI, M. C. **Extensão Rural entre os sem-terra**. Piracicaba – SP: Editora UNIMEP, 1998.

MENEZES, J. P. P. **O método em Marx**: um estudo sobre o presente como síntese de múltiplas determinações. / Jean Paulo Pereira de Menezes. - São José do Rio Preto, SP: Práxis Editorial, 2022

MIRALHA, W. **Questão agrária brasileira**: origem, necessidade e perspectiva de reforma hoje. Revista Nera, Ano 9, n,8 – Janeiro/ Junho de 2006.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 8 ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

MIRANDA, F. Q. **A dimensão social no contexto da extensão rural** – Concepções dos agentes do Programa de ATES do RS. UFSM – RS, 2022.

NAVARRO, Z. **Desenvolvimento rural no Brasil**: os limites do passado e os caminhos do futuro. Estudos Avançados, v. 15, n. 43, set./dez. 2001.

NAKATANI, P. [et. al]. Histórico e os limites da reforma agrária na contemporaneidade brasileira. In: NAKATANI, P. [et. al]. **Serviço Social & Sociedade**. São Paulo: Cortez, nº110, p. 213-240. Abr./junho.2012.

OLIVEIRA, P. C. F. **Extensão rural e interesses patronais no Brasil**: uma análise da Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural – ABCAR (1948-1974). 2013. 163 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói-RJ, 2013.

PAULO NETTO, José. A construção do projeto ético-político do Serviço Social frente a crise contemporânea. **Capacitação em Serviço Social e política social: crise contemporânea, questão social e Serviço Social**, Módulo 1. Brasília: Cead/UnB-CFESS-Abepss, 1999. p. 91-110.

PAULO NETTO, José. **Introdução ao estudo do método de Marx**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

PAIVA, M. S. de. **A política nacional de assistência técnica e extensão rural e os desafios para a sua efetivação no escritório local da Emater em Muriaé**, MG. 2012. 74 p. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-graduação em Extensão Rural, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2012.

PEREIRA, P. A. P. (Org.). **Política Social: temas & questões**. São Paulo: Cortez, 2005.

PEIXOTO, M. Marcos legais dos serviços precursores de ATER no Brasil. In: PEIXOTO, M. **Congresso Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural – Conbater**, 2008.

PRODANOV, C. C. **Metodologia do trabalho científico [recurso eletrônico]: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico** / Cleber Cristiano Prodanov, Ernani Cesar de Freitas. – 2. ed. – Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

RODRIGUES, C. M. Conceito de seletividade de políticas públicas e sua aplicação no contexto da política de extensão rural no Brasil. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**. Brasília, v. 14, n. 1. p.113-154. 1997.

SAMPAIO Jr. P. A. **Notas críticas sobre a atualidade e os desafios da questão agrária**. 2012. Disponível em: <<https://mst.org.br/2012/11/07/notas-criticas-sobre-a-atualidade-e-os-desafios-da-questao-agraria>>. Acesso em: 02 jul. 2022.

SANTOS, A. F.; LUSA, M. G. Política agrária: extensão rural e serviço social, a equação possível. **Revista Temporalis**, Brasília (DF), ano 14, n. 28, p. 243-273, jul./dez. 2014.

SANTOS, T. Dependencia y Cambio Social. In: SANTOS, T. LOWY, Michel. **Marxismo na América Latina**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006, p. 394-398.

SCHNEIDER, S. **Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 18, n. 51, p. 99-122, 2003.

SILVA, J. G. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas: UNICAMP, 1996.

SILVA, R. T. P.; FALCHETTI, S. A. Da revolução agrícola ao desenvolvimento sustentável e os princípios do ambientalismo no Brasil. **VIII Convibra Administração – Congresso Virtual Brasileiro de Administração**, 2011.

SOUZA, M. L. de. **Desenvolvimento de comunidade e participação**. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2004.

STEDILE, João Pedro. (org). **A questão agrária no Brasil**: O debate tradicional 1500-1960. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012. p 304.

STEDILE, João Pedro. Agroecologia e os movimentos sociais no campo. In: STEDILE, João Pedro. (org). **Agricultura familiar camponesa na construção do futuro** / Paulo Petersen (org). Revista Agriculturas: experiências em Agroecologia.

TARTUCE, T. J. A. **Métodos de pesquisa**. Fortaleza: UNICE – Ensino Superior, 2006.

TRASPADINI, Roberta Sperandio. **Questão agrária, imperialismo e dependência na América Latina**: a trajetória do MST entre novas-velhas encruzilhadas. 2016. 338 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016

TRASPADINI, Roberta Sperandio. **Questão agrária e América Latina**: breves aportes para um debate urgente. Rev. Direito Práx., Rio de Janeiro, Vol. 9, N. 3, 2018, p. 1694-1713.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **O campesinato brasileiro**: uma história de resistência. Revista de Economia e Sociologia Rural, v. 52, p. 25-44, 2014.